



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
*CAMPUS FLORESTA*  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES E  
LÍNGUAGENS

FLÁVIA ROBERTA NOCCHI

**A LEI 10.639/03 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO EM  
DUAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE CRUZEIRO DO SUL – AC**

CRUZEIRO DO SUL - ACRE

2021

**FLÁVIA ROBERTA NOCCHI**

**A LEI 10.639/03 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO EM  
DUAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE CRUZEIRO DO SUL – AC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta como requisito para obtenção do título de mestra em Ensino de Humanidades e Linguagens.

**Orientador:** Prof. Dr. José Alessandro Cândido da Silva

CRUZEIRO DO SUL - ACRE

2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Cruzeiro do Sul - UFAC

---

N756I Nocchi, Flávia Roberta, 1981-

A lei 10.639/03 e as relações étnico-raciais no ensino médio em duas escolas da rede pública de Cruzeiro do Sul - AC/ Flávia Roberta Nocchi; Orientador: Dr. José Alessandro Cândido - 2021.

151 f.; 30 cm.

Dissertação – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens, Cruzeiro do Sul - AC, 2021.

Inclui referências bibliográficas, anexos e apêndice.

1. Currículo escolar. 2. Pluralidade cultural. 3. Diversidade étnico-racial. I. Silva, José Alessandro Cândido. II. Título.

CDD: 375.006

---

Bibliotecária: Jéssica Maia Amadio CRB-11º/1009

**A LEI 10.639/03 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO EM  
DUAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE CRUZEIRO DO SUL – AC**

Flávia Roberta Nocchi

Dissertação defendida em 22/09/2021 e considerada aprovada para a obtenção do Título de Mestra em Ensino de Humanidades e Linguagens – Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*.

Prof.(a) Dr (a). Cleidison de Jesus Rocha

Coordenador(a) do Curso

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. José Alessandro Cândido da Silva

UFAC

Orientador(a) e Presidente(a)

Prof. Dr. Igor Soares de Oliveira

UFAC

Prof. Dr. Paulo Vinicius Batista da Silva

UFPR

CRUZEIRO DO SUL – ACRE

2021

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, autor e criador de todas as coisas.

À minha família, em especial minhas filhas e neto, Izabella, Sofia e Gabriel, base e alicerce para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador, Prof. José Alessandro, pela paciência e pelo compartilhar de muitas experiências para o enriquecimento deste trabalho.

Aos professores da banca, pela valiosa contribuição.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens, por dividir saberes indispensáveis à minha formação.

Aos meus colegas de turma, em especial minha companheira de pesquisa Maria Anita Chagas Costa e as amigas de estudos Helenice Páscoa e Joice Nobre, pelo apoio e amizade ao longo dos anos de estudos.

## RESUMO

A presente dissertação discute a inclusão da diversidade étnico-racial no currículo escolar de instituições escolares da educação básica. O estudo tem como objetivo geral analisar como instituições escolares de Ensino Médio em Cruzeiro do Sul vêm aplicando a Lei 10.639/03 no que diz respeito ao currículo e a prática pedagógica nas unidades escolares. A importância do estudo prende-se a uma avaliação acerca do reconhecimento da diversidade cultural de modo a verificar em que patamar se encontra a implementação das leis, com vistas a combater o racismo e o preconceito arraigados na nossa sociedade. A Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena garantindo que essa temática faça parte do currículo escolar no país. Para tanto, a metodologia empregada aponta para uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo exploratório-descritivo e procedimentos bibliográfico, documental e de campo. Foram realizadas aplicações de questionários com gestores, coordenadores pedagógicos e docentes das instituições estudadas. Os dados coletados a partir das respostas dadas e da leitura dos documentos fornecidos pelas escolas foram cruciais para concluir que ambas as leis representam um grande avanço nas políticas afirmativas de valorização e reconhecimento do negro e do índio na sociedade nacional e no município *locus* da pesquisa. Diante dos resultados das entrevistas com os profissionais das escolas, verificamos a Lei 10.639/03 como um instrumento de uma política curricular que visa o reconhecimento da história e cultura dos africanos e dos afro-brasileiros na constituição da nação brasileira. A partir da análise do contexto, dos diálogos e resultados que a pesquisa nos trouxe, verificamos que as escolas e seus profissionais não precisam de novos conteúdos, mas de novas posturas diante da nossa sociedade que ainda é excludente e preconceituosa, ou seja, as escolas precisam assumir mais efetivamente a legislação em pauta como uma política educacional.

**Palavras-Chave:** Currículo escolar. Pluralidade cultural. Diversidade étnico-racial.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the inclusion of ethnic-racial diversity in the school curriculum of basic education school institutions. The study aims to analyze how high school institutions in Cruzeiro do Sul have been applying Law 10.639/03 with regard to curriculum and pedagogical practice in school units. The importance of the study is linked to an assessment of the recognition of cultural diversity in order to verify at what level the implementation of laws is, with a view to combating racism and prejudice ingrained in our society. Law 10.639/03, amended by Law 11.645/08, deals with the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous history and culture, ensuring that this theme is part of the school curriculum in the country. Therefore, the methodology employed points to a qualitative approach, of an applied nature, with exploratory-descriptive objective and bibliographic, documental and field procedures. Questionnaires were applied to managers, pedagogical coordinators and teachers from the studied institutions. The data collected from the answers given and from the reading of the documents provided by the schools were crucial to conclude that both laws represent a great advance in affirmative policies for the valuation and recognition of blacks and Indians in national society and in the municipality locus of the research. Based on the results of interviews with school professionals, we see Law 10.639/03 as an instrument of a curricular policy aimed at recognizing the history and culture of Africans and Afro-Brazilians in the constitution of the Brazilian nation. From the analysis of the context, dialogues and results that the research brought us, we found that schools and their professionals do not need new content, but new attitudes towards our society that is still excluding and prejudiced, that is, schools they need to take on the legislation in question more effectively as an educational policy.

**Keywords:** School curriculum. Cultural plurality. Ethnic-racial diversity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 - AS PRIMÍCIAS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b> .....	<b>11</b>
1.1 DIREITO À EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS .....	11
1.2 A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO.....	13
1.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO NEGRO E SEU PAPEL NA DEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA EDUCAÇÃO .....	16
<b>CAPÍTULO 2 - PROPOSTAS CURRICULARES FRENTE ÀS PROPOSIÇÕES DECORRENTES DA LEI 10.639/03: A NECESSIDADE DE REDESENHAR UM CURRÍCULO PARA A DIVERSIDADE</b> .....	<b>20</b>
2.1 CURRÍCULO ESCOLAR: ALGUNS ASPECTOS E DEFINIÇÕES .....	20
2.2 A DECOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS .....	22
2.3 REDESENHAR UM CURRÍCULO PARA A DIVERSIDADE: UMA EXIGÊNCIA IMPERATIVA.....	26
2.4 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	31
<b>CAPÍTULO 3 - ANÁLISE PANORÂMICA DA LEI 10.639/03 EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE CRUZEIRO DO SUL</b> .....	<b>33</b>
3.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL .....	33
3.2 ESCOLAS LÓCUS DA PESQUISA.....	34
3.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS PARA A REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NAS DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO ..	35
3.4 DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA ESCOLA FLODOARDO CABRAL.....	35
3.5 DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA ESCOLA CRAVEIRO COSTA .....	36
3.6 VOZES DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	37
3.7 ANÁLISE FINAL DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS.....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>58</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>66</b>
ANEXO I – PLANO DE REDESENHO CURRICULAR – ESCOLA FLODOARDO CABRAL.....	<b>66</b>
ANEXO II – PROJETOS SETORIAIS – ESCOLA FLODOARDO CABRAL .....	<b>68</b>
ANEXO III – RECORTE CURRICULAR – ESCOLA CRAVEIRO COSTA .....	<b>72</b>



ANEXO IV – PLANO DE CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA – ESCOLA FLODOARDO CABRAL .....	85
ANEXO V – PLANO DE CURSO – 3º ANO EM – ESCOLA FLODOARDO CABRAL..	108
ANEXO VI – PLANO DE CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA – 1º ANO – ESCOLA CRAVEIRO COSTA .....	127
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é composta por uma diversidade étnico-racial que caracteriza sua população e cultura. É notável que essa mesma diversidade não é representada com equidade nas instâncias de construção e propagação de saber. Isto porque em sociedades compostas por diferentes grupos raciais e atravessadas pelo racismo, como é o caso do Brasil, a raça exerce funções simbólicas valorativas e estratificadoras (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018).

Atualmente incentiva-se muito a aceitação da diversidade e do empoderamento das minorias. No entanto, apesar da sociedade estar passando por um contexto de mudança, o preconceito ainda se faz presente em todo lugar, e dentro da sala de aula não é diferente. Isso acontece pelo fato de que alguns espaços da nossa sociedade ainda são especialmente propícios ao surgimento da discriminação. E a escola, por ser um ambiente em que crianças e adolescentes exercem uma enorme pressão sobre os pares, acaba se mostrando como um desses espaços. Mas a escola também é um lugar de formação e aprendizado. Assim, também conta com ótimas oportunidades voltadas para o combate ao preconceito dentro de sala de aula e fora dela.

No que diz respeito à expressão da categoria raça no campo da educação, números e indicadores de levantamentos diversos demonstram que ainda existem desigualdades acentuadas entre pessoas brancas e negras (pretas e pardas). A busca de alternativas que minimizem a discriminação racial e o preconceito nas escolas brasileiras e, principalmente, no âmbito social se traduziu, em uma de suas instâncias, nas legislações hoje vigentes no cenário educacional: as Leis 10.639/03 e 11.645/08. A primeira alterou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394/96) e incluiu no currículo escolar oficial a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Lei 11.645/08 modificou a Lei 10.639/03, a qual estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (SILVA; MARQUES, 2015).

Deste modo, o objetivo desse estudo é analisar como algumas instituições escolares de Ensino Médio em Cruzeiro do Sul vêm aplicando a Lei 10.639/03, no que diz respeito ao currículo e à prática pedagógica nas unidades escolares.

Considerando o objetivo apresentado, o estudo teve como desdobramento alguns objetivos específicos: 1) discutir e contextualizar a proposição da Lei 10.639/03 no atual cenário brasileiro da educação escolar; 2) verificar os documentos e projetos institucionais

que tratam das diretrizes étnico-raciais e cultura afrodescendente, de modo específico nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e os Planos de curso das disciplinas de História, Língua Portuguesa, Literatura e Artes e, por fim, 3) analisar os desafios para implementação da Lei 10.639/03 nas referidas instituições de ensino.

Partimos da hipótese de que diante do atual contexto da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino, é relevante saber como se encontra a aplicação dessas proposições legais nas instituições de ensino, num cenário político e social atual que caminha para retrocessos em vários aspectos, com destaque para aqueles que violam direitos humanos fundamentais. Devido à necessidade e obrigatoriedade dessas leis em trabalhar sobre a temática da cultura Afro-brasileira e indígena, as salas de aulas são um ambiente oportuno para o desenvolvimento de trabalhos que viabilizem a conscientização e reflexões a respeito das ações dos alunos. Dessa forma, se constata a importância do currículo escolar e do fazer do professor na definição de uma educação para as relações étnico-raciais das escolas, como meio para combater as situações em que as diferenças são tratadas como sinônimo de desigualdade e discriminação.

A metodologia da pesquisa consistiu basicamente em análise documental, através de pesquisa de campo para análise da interlocução entre o Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Redesenho Curricular e Projetos Setoriais. Para uma análise mais precisa, recorreu-se também à observação *in loco*. Como instrumento de coleta de dados, também se utilizou aplicação de entrevistas aos professores de Língua Portuguesa, História e Artes, além dos coordenadores pedagógicos e gestores, tendo como foco a Lei 10.639/03 e as Relações Étnico-Raciais no Ensino Médio.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo primeiro, *As primícias da educação para as relações étnico-raciais*, abordamos o direito à educação: princípios constitucionais; a diversidade étnico-racial na educação; aspectos históricos do movimento negro e seu papel na definição das relações étnicas na educação. Apresentamos uma discussão teórica acerca da relação entre educação e diversidade étnico-racial em bases nas legislações vigentes e documentos sobre o tema e a trajetória dos movimentos negros no Brasil.

No capítulo segundo, *Propostas curriculares frente às proposições decorrentes da Lei 10.639/08: a necessidade de redesenhar um currículo voltado para a diversidade*, discorreremos sobre o currículo escolar: alguns aspectos e definições; o processo de decolonização dos currículos e a exigência de um currículo pensado e executado para atender à diversidade de forma imperativa. Em sentido amplo o currículo escolar abrange todas as

experiências de aprendizagem planejadas e patrocinadas pela escola. Cabe ao professor orientar e dirigir o processo de ensino-aprendizagem, inclusive modificando o próprio currículo de acordo com as aptidões, os interesses e as características culturais dos educandos.

No capítulo terceiro, *Análise panorâmica da Lei 10.639/08 em escolas de Ensino Médio de Cruzeiro do Sul; as práticas pedagógicas e o alinhamento desses elementos com a educação para as relações étnico-raciais*, discutimos os resultados apresentados pela pesquisa nas escolas envolvidas neste estudo com os olhares de diversos segmentos dessas escolas, através de entrevistas e da análise de documentos como o Projeto Político Pedagógico (PPP-2020), Plano de Atendimento Educacional Especial, Plano de Redesenho Curricular e Projetos Setoriais.

## CAPÍTULO 1

### AS PRIMÍCIAS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

#### 1.1 DIREITO À EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

A educação é um dos direitos humanos, sendo seu acesso determinado livremente por cada país, conforme seu plano nacional. “O direito à educação ou direito à instrução, como fora mais conhecido, a exemplo do direito à assistência social, é um direito que foi garantido ainda no decorrer do século XVIII” (BEDIN, 2002, p. 71). Mesmo tendo passado quase três séculos de lá até aqui, muitos problemas no campo educacional ainda são notórios, motivo pelo qual é necessário problematizar algumas situações para tentar reverter quadros sociais preocupantes.

A Constituição Federal (1988) no Art. 205 lê-se "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Já a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional na qual, "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996).

Educar em Direitos Humanos pressupõe despertar as pessoas para seus direitos. A garantia à educação é trazida em diferentes diplomas legais, sempre composta por três princípios: “a educação laica e democrática, artigo 3º, I; a educação primária será obrigatória, artigo 3º, VI; e a educação pública será gratuita, artigo 3º, VII” (BEDIN, 2002, p. 71).

A Constituição Federal de 1988, adota como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, compreendido como efetivação para promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e prevê uma sociedade com escolas abertas a todos, em qualquer etapa ou modalidade, bem como o acesso a níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 1988).

Em seu artigo 206, a Constituição Federal traz as condições nas quais será ministrado o ensino. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos vislumbrou o ensino como “um processo sistemático e multidimensional, orientando a formação do sujeito de direitos” (BRASIL, 2007, p. 17). Nesse sentido, é válido e pertinente ressaltar que uma sociedade só

evolui quando passa a reconhecer e reivindicar seus direitos sociais, fazendo valer as normas e leis que regem seu sistema jurídico.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) lançado em 2003 é uma política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa o exercício da solidariedade e do respeito às diversidades (BRASIL, 2003). Assim, a mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade (BRASIL, 2018).

Assim, como forma de respaldar direitos humanos fundamentais numa sociedade que pende para manifestações de intolerâncias, discriminações e desrespeitos, surgiu a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, e torna obrigatório o ensino desta em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017). Por muito tempo, sabe-se que essa temática foi desprezada pelas escolas em geral.

Entendemos a Lei 10.639/03, primeiramente, como uma política de ação afirmativa, pois:

Os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores (GOMES, 2001, p. 13).

Tal lei propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Fica claro que os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira (CARVALHO, 2017), na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. Esse processo traz consigo a necessidade

de romper com todo e qualquer tipo de relações de colonialidade, sobretudo com aquelas que estão presentes em nosso cotidiano.

Por tudo isso, a Lei 10.639/03 aponta possibilidades de respeito aos direitos humanos mais essenciais para uma vivência cidadã com o mínimo de dignidade, o que deve ser ensinado desde cedo nas escolas públicas e privadas do país. Isso porque a educação é uma via legítima para romper com toda a herança negativa da colonialidade, disseminando ideais de humanidade muito mais aceitáveis que mitiguem todas as formas de agressão e violência por aspectos étnicos ou raciais.

## 1.2 A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO

Compreendendo a construção da ideia de raça no período colonial americano e, especialmente, latino-americano, bem como a sua imbricação no imaginário e nas relações de colonialidade dele decorrentes até os dias de hoje, Quijano afirma:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica: o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 227).

O autor nos instiga a compreender melhor a operacionalidade da concepção de raça na configuração dos padrões de dominação e de poder-saber produzidos no processo colonial e reconfigurados na globalização capitalista. O autor também salienta que a ideia de raça, em seu sentido moderno, não era conhecida antes do descobrimento da América. Argumenta ainda que ela tenha se originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas desde muito cedo foi construída como referência à supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

Já Santos *et al.* (2010,) descrevem a diferença entre raça e etnia, cujo pontos de vistas são dois conceitos relativos a âmbitos distintos, nos quais:

Raça refere-se ao âmbito biológico, referindo-se a seres humanos, é um termo que foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética. Portanto, a cor da pele, amplamente utilizada como característica racial, constitui apenas uma das características que compõem uma raça. Já a Etnia refere-se ao âmbito cultural, um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Essas

comunidades geralmente reclamam para si uma estrutura social, política e um território (SANTOS ET AL., 2010, p. 124).

O termo “relações étnico-raciais” e a ideia de raça aqui abraçada distanciam-se da visão biológica, engendrada principalmente no século XIX nos Estados Unidos, na Europa e adaptada no Brasil com variados marcadores de classificação e inferiorização para o grupo negro.

Não obstante, a carga valorativa que a sociedade atribui a tal termo o aproxima de uma premissa analítica de cunho político, social e sociológico, que explicaria as atuais assimetrias entre sujeitos de marcas raciais distintas, assim como viabilizaria o entendimento diverso das identidades negras, contrapondo-se a um determinismo ou a um essencialismo identitário, compreendendo a dinâmica das culturas negras. Diante da exacerbação de relações raciais assimétricas para a população afro-brasileira, sempre em posição de desfavorecimento, aumentaram as pressões desencadeadas pelos movimentos sociais negros no campo das políticas públicas (ALMEIDA *et al.*, 2018). Esses movimentos defendiam os direitos da cidadania étnico-racial e trabalhavam em prol de uma educação antirracista, principalmente após os anos de 1960.

No que se refere à formação docente, com a finalidade de implementar a lei e propor ações pedagógicas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o parecer nº 003, de 10 de março de 2004 (BRASIL, 2004a), fazendo-se também presente na resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 (BRASIL, 2004b). Ambos prescrevem enfaticamente que a valorização da identidade de raça e etnia seja um dos relevantes argumentos que justifiquem a necessidade de sua contextualização nos currículos escolares e que abranja toda a população brasileira. De acordo com este documento,

Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos (BRASIL, 2004a, p. 17).

O cumprimento desse disposto legal é instituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a serem observadas, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação docente inicial e continuada. Detendo-nos no conteúdo desses documentos, parece-nos claro que seus/as redatores/as acreditam que o sucesso das políticas públicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais depende da efetivação de alguns aspectos, quais sejam: das condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e a aprendizagem; da reeducação das relações estabelecidas entre negros/as e



brancos/as (designadas como relações étnico-raciais); do trabalho conjunto e da articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas e movimentos sociais (BRASIL, 2004b). Todo esse aparato de dispositivos legais e normativos contribuiu sobremaneira para uma educação étnico-racial de fato nas escolas da rede pública, tal como já foi evidenciado anteriormente.

Santos (2017) cita alguns exemplos de práticas cotidianas docentes para o melhor desenvolvimento em uma sala de aula com grande diversidade, tais como: conhecer e valorizar a pluralidade étnico-cultural brasileira; valorizar as várias culturas presentes em nosso país; reconhecer as qualidades de cada cultura, valorizando-as criticamente; repudiar todo tipo de discriminação seja ela de ordem religiosa, étnica, sexual, entre outras; valorizar um convívio pacífico e criativo entre os diferentes; por fim, compreender a desigualdade como um problema social passível de mudanças.

Também, de acordo com Alves (2017), são necessárias algumas mudanças no cenário escolar para que se reverta o perverso quadro de discriminação racial na escola, tais como: uma formação continuada de professores numa perspectiva “afrocentrada”; a retirada de material de conteúdo racista do acervo das escolas e a criação de um núcleo específico na secretaria da educação a fim de trabalhar sobre o assunto do ensino de história afro-brasileira.

Os PCNs introduziram a temática denominada Pluralidade Cultural para abordar entre outros aspectos, uma crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, provendo assim, uma discussão as práticas racistas dentro da sala de aula. Um trabalho tendo em vista o estudo desta temática tem como responsabilidade apresentar aos alunos a caracterização do Brasil em toda sua diversidade, as relações possíveis nesta sociedade, bem como os problemas sociais vividos e as transformações cabíveis para uma vida melhor para todos que aqui vivem (BRASIL, 2001, p. 16).

Trata-se de uma discussão que, no meio escolar, valoriza as questões éticas, na medida em que os alunos conhecem os valores de sua cultura e de outras culturas, tão diferentes da sua e isso promove a necessidade de respeito pelos outros que só é possível alcançar quando se tem a conscientização da pluralidade cultural que faz parte do cenário brasileiro. No estudo sobre pluralidade cultural, dois assuntos merecem maior destaque: desigualdade social e discriminação, pois trata-se de dois aspectos que promoveram e ainda promovem a exclusão social tão marcada em nossa sociedade, impedindo a todas as pessoas do país de terem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades (WEDDERBURN, 2007).

Ambas, desigualdade social e discriminação se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais

produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações (BRASIL, 2001, p. 19). A resistência e as lutas para desconstruir essa realidade hostil a muitos brasileiros somente pode ser explicada a partir da ação e mobilização do movimento negro no país.

### 1.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO NEGRO E SEU PAPEL NA DEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA EDUCAÇÃO

A escravidão no Brasil iniciou-se por volta da década de 1530, quando os portugueses implantaram as bases para a colonização da América portuguesa, para atender, mais especificamente, à demanda de uma classe da sociedade portuguesa por mão de obra para o trabalho na lavoura. Tal processo deu-se, primeiramente, com a escravização dos indígenas, e, ao longo dos séculos XVI e XVII, foi sendo substituída pela escravização dos africanos, trazidos por meio do Tráfico Negreiro (SILVA, 2017).

Escravizar um indígena, em comparação com um africano, era muito mais acessível para os colonos portugueses, mas uma série de questões tornava essa prática mais problemática tais como: questão cultural, uma vez que os índios não estavam familiarizados com a ideia de trabalho contínuo para produção de excedente; a pressão dos jesuítas contra a escravização dos indígenas poderia gerar inúmeros problemas jurídicos para os colonos que não os escravizavam em caso de “guerra justa”; e a suscetibilidade dos índios a doenças, como varíola, gripe, sarampo etc., o que ocasionou inúmeras epidemias que mataram indígenas aos milhares (SCHWARTZ, 2018).

A história da escravização africana no Brasil ficou marcada por diferentes formas de resistência que incluíam a desobediência, as fugas individuais e coletivas, as revoltas, a formação de quilombos e outras. O trabalho dos escravizados africanos, a princípio, foi utilizado para atender as demandas da produção de açúcar nos engenhos. A vida de um escravizado era dura e era marcada pela violência dos senhores e das autoridades coloniais. A jornada diária de trabalho poderia se estender por até 20 horas por dia e o trabalho no engenho era mais pesado e perigoso que trabalhar nas plantações (ALBUQUERQUE, 2006).

Os escravizados africanos, porém, não aceitavam a escravização e a violência direcionadas a eles de maneira passiva. A história da escravização africana no Brasil é marcada pela resistência e luta dos africanos que fugiam, formavam quilombos, revoltavam-se, matavam seus feitores e senhores etc. Dois grandes episódios de resistência à escravidão foram a formação do Quilombo dos Palmares e a Revolta dos Malês (ALENCASTRO, 2018).

O Brasil acabou sendo o último país do mundo a abolir a escravidão de africanos e o país que mais escravizou negros na história (cerca de 5 milhões), e isso aconteceu por meio da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que foi aprovada pelo Senado e assinada pela regente do Brasil, a princesa Isabel. O fim da escravidão no país, no entanto, não foi um ato de benevolência da monarquia, mas sim resultado de uma grande pressão internacional para que o país abolisse a escravidão, principalmente da Inglaterra, potência comercial e bélica da época, que queria expandir seu mercado consumidor. A abolição do trabalho escravo foi recebida com festa pela população brasileira. Os escravos libertos, porém, continuaram a sofrer com o preconceito e com a falta de oportunidades (RUBENICH, 2016).

O Movimento Negro como um movimento social, surge durante o período escravagista (DOMINGUES, 2007). Esse movimento representa a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Um ano após a abolição da escravidão, foi deflagrada a República no Brasil, em 1889. Segundo Pereira (2016), o novo sistema político, entretanto, não assegurou significativos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. Ao contrário, esta foi marginalizada, seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.

Para reverter esse quadro de marginalização nas primeiras décadas da República, os libertos, ex-escravizados e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, que posteriormente foi designado de movimento negro organizado, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações), de caráter eminentemente

assistencialista, recreativo e/ou cultural, sendo que tais grupos exerceram ou almejavam exercer um importante papel de conscientização e mobilização raciais. Esse movimento existiu desde a época da escravização, mas só ganhou notoriedade e visibilidade nas décadas de 1950 e 1960 (DOMINGUES, 2007).

Da primeira fase do movimento da “classe dos homens de cor”, a mais importante organização foi a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931 na cidade de São Paulo, a qual uniu milhares de negros espalhados por mais de 60 filiais, em torno de um programa que contestava o “preconceito de cor” (TRINDADE, 2015). Esta organização oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, além de publicar o jornal *A Voz da Raça*. Em 1936, a FNB transformou-se em partido político. Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão do nazifascismo, notabilizou-se por defender posições políticas e ideológicas ultranacionalistas. Com a instauração da ditadura do “Estado Novo”, a organização foi extinta, em 1937.

Os anos de vigência do Estado Novo (1937-1945), Era Vargas, foram caracterizados por violenta repressão política, dificultando qualquer movimento contestatório. Mas, com a queda da ditadura “Varguista”, ressurgiu, na cena política do país, o Movimento Negro Organizado (MNO) que, por sinal, ampliou seu raio de ação (ARAÚJO et al., 2017). Com isso, os protestos do MNO aumentavam por diversas razões: primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mocambos, alagados e na agricultura de subsistência. Esta fase do movimento negro, entretanto, não teria o mesmo poder de aglutinação da anterior.

Por conseguinte, e conforme as ideias de Gay e Quintans (2016), o golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro Organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. Com isso, a repressão desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade.

A reorganização política da luta antirracista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo da ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil. Um marco desse processo foi a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente seu nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU), sendo

esta organização a mais importante organização a levantar a bandeira em defesa dos direitos dos afro-brasileiros (DOMINGUES, 2007).

A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Desde a inclusão da Lei nº 11.645/08 que o ensino da história e cultura indígena se tornou obrigatório nas escolas, sendo abordado nas disciplinas como Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

A importância dos aspectos históricos do movimento negro mostra que os africanos foram trazidos para o Brasil para realizar trabalho forçado, sem pagamento, mediante relação de subsistência e sob ameaças e violência. Observa-se também, a formação e a preservação de uma identidade cultural, bastante plural devido às influências europeia, africana e indígena, favorecendo uma riqueza cultural bastante peculiar que se manifestaram principalmente, na língua, na culinária, na música, na dança, na religião, sendo também uma importante parte do motor econômico do país.

Ao introduzirmos essa discussão na educação, o que queremos não é excluir o que vinha sendo ensinado, pelo contrário, é confrontar o que vinha sendo ensinado pelo viés eurocêntrico, ou seja, contra hegemônico, valorizando a pluralidade e diversidade do conhecimento humano.

No entanto, a discussão da temática da necessidade de redesenhar um currículo para diversidade é necessária para colocar em prática uma cultura escolar diferente do modelo dominante, que discuta a necessidade dos conteúdos e práticas dos currículos escolares de forma multicultural.

## CAPÍTULO 2

### **PROPOSTAS CURRICULARES FRENTE ÀS PROPOSIÇÕES DECORRENTES DA LEI 10.639/03: A NECESSIDADE DE REDESENHAR UM CURRÍCULO PARA A DIVERSIDADE**

#### 2.1 CURRÍCULO ESCOLAR: ALGUNS ASPECTOS E DEFINIÇÕES

Nossa discussão aponta para a necessidade de apresentar, ainda que de modo breve, uma teorização sobre as concepções e sentidos atribuídos ao currículo, para a partir daí relacionarmos com as exigências da Lei 10.639/03.

Sacristán (1998) define currículo como uma forma de se ter acesso ao conhecimento, por isso seu significado não pode ser estático, mas se revela nas condições em que é posto em prática e se converte numa maneira singular de entrar em contato com a cultura. Também descreve currículo escolar como um percurso. O currículo é considerado a paisagem desse caminho, ou seja, todos os elementos que vão construindo a via, seu conteúdo e guia que levam ao desenvolvimento do indivíduo pela escolaridade.

Silva (2002) afirma que o currículo escolar é compreendido como uma trajetória, relação de poder e documento de identidade, tornando-se um elemento fundamental de análise para se compreender a organização escolar, o trabalho didático-pedagógico e a relação com o conhecimento no contexto da educação escolar, revelando toda a complexidade de seu percurso, suas referências teóricas, seus objetivos, suas metas, princípios e metodologias trabalhadas.

Hornburg e Silva (2007) descrevem que o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela. Ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdo.

Já para Silva (2012), o currículo é constituído não de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos, apontando para o fato de a fabricação do currículo não ser um processo lógico, mas

[...] um processo social, no qual convivem lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais menos “nobres” e menos “formais”, tais como interesses, rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidade de legitimação e controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça, ao gênero (SILVA, 2012, p. 8).

O controle social e econômico ocorre nas escolas sob a forma de disciplina, comportamentos que ensinam (regras, rotinas, currículo oculto - obediência e manutenção da ordem) e por meio das formas de significado que a escola distribui; assim, as escolas controlam as pessoas e as representações sociais do currículo (APPLE, 2006).

Para Silva (2013), o poder está inscrito no currículo através das divisões entre saberes e narrativas inerentes ao processo de seleção do conhecimento e das resultantes divisões entre os diferentes grupos sociais. Aquilo que divide e, portanto, aquilo que inclui/exclui, isso é o poder. Aquilo que divide o currículo – que diz o que é conhecimento e o que não é – e aquilo que essa divisão divide – que estabelece desigualdades entre indivíduos e grupos sociais – isso é precisamente o poder.

De acordo com Santomé (2013), quem define os conteúdos que farão parte dos currículos escolares são agentes externos à escola, quase sempre comprometidos com o projeto de poder dominante e com as culturas hegemônicas. Nesse ponto, vale ressaltar que são muitas as “culturas negadas e silenciadas no currículo”.

Já Macedo (2009) afirma que o currículo, como nós o conhecemos, na sua versão moderna, consolidou-se na virada do século XIX para o século XX em torno de um círculo coerente de saberes, bem como de uma estrutura didática para a transmissão de conhecimento.

Para Antônio Nóvoa (1991) apesar de todas as inovações que ocorreram ao longo do século XX, esse círculo e essa estrutura mantiveram-se relativamente estáveis e se revelam incapazes de responder às novas necessidades educacionais.

O currículo não se realiza apenas na forma do currículo escrito. Como afirma Goodson (2012),

O currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização. [...] constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização (GOODSON, 2012, p. 21).

Os currículos escolares são nada mais que reflexos da história do Brasil e, geralmente têm como base intrínseca a questão da dominação, à medida que é reproduzida a visão do Estado. Nesse sentido, Munanga (2013) afirma que “não podemos ficar com currículos escolares do século passado que nada têm a ver com a dinâmica da sociedade” (MUNANGA,

2013, p. 25). Assim sendo, compreende que a visão de um currículo monolítico, consubstanciado apenas em práticas eurocêntricas, não dialoga com a diversidade cultural e, portanto, não produz currículos inclusivos e, sim, exclusivos.

Conforme Gomes (2012), a construção de um currículo inclusivo, que seja não racista, deve propiciar uma ruptura epistemológica, que seja produzida tomando como pressuposto o diálogo intercultural. Essa concepção de currículo deve abarcar conflitos, tensões e divergências, porque não há harmonia, quietude ou passividade quando são abordadas as culturas diferentes sob a perspectiva do direito do dialogar.

Costa (2003) descreve que o currículo escolar é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida e controlada, sendo que na contemporaneidade as questões curriculares ganham novos contornos, indagações, problematizações, uma vez que estão conectadas aos problemas sociais, assim como a cultura.

De acordo com Gomes (2012), o debate sobre a diversidade epistemológica do mundo encontra maior espaço nas ciências humanas e sociais e, da mesma forma, a ação de diversos movimentos sociais de caráter identitário questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias.

Como bem salienta Gusmão (2003),

O desafio da escola e dos projetos educativos que orientam nossa prática está no fato de que, para compreender a cultura de um grupo ou de um indivíduo que dela faz parte, é necessário olhar a sociedade onde o grupo ou o indivíduo estão e vivem. É aqui que as diferenças ganham sentido e expressão como realidade e definem o papel da alteridade nas relações sociais entre os homens (GUSMÃO, 2003, p. 92).

Vários autores apontam para a possibilidade de o currículo não ser organizado baseando-se em conteúdos isolados, pois vivemos em um mundo complexo, que não pode ser completamente explicado por um único ângulo, mas a partir de uma visão multifacetada, construída pelas visões das diversas áreas do conhecimento. Contudo, a organização do currículo deve procurar viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade, assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

## 2.2 A DECOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS



Os autores Silva e Marques (2016) argumentam que as reivindicações e pressões dos movimentos negros e a emergência de novas produções acadêmicas sobre as desigualdades raciais, o mito da democracia racial e a subalternização da diferença étnico-racial fomentaram a criação de políticas públicas afirmativas e legislações educacionais para garantir processos educativos interculturais. Os autores ainda colocaram sob emenda a herança colonial presente em nosso currículo, sendo que esta se refere a um currículo utilizado há aproximadamente duzentos anos do fim do colonialismo no Brasil.

De acordo com os autores Santana *et al.* (2012), a força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos próximos anos. Os currículos passam a ser um dos territórios em disputa, sobretudo desses novos movimentos sociais (negro, indígena, gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais, queer, intersexo, assexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero - LGBTQIA+ - e outros) que se organizam em ações coletivas questionando a escola e as narrativas contidas em seu currículo.

Segundo Gonçalves (2013), a partir da aprovação da Lei 10.639/03 que trata da inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos Currículos Escolares, temos presenciado a necessidade de retornarmos a História Brasileira e reconsiderarmos a construção da identidade nacional no que tange às participações de negros e indígenas para esse processo.

Ao que parece, essa necessidade de retomada é muito tardia no contexto da educação brasileira, pois muito foi desrespeitado/discriminado ao longo de anos, sendo as salas de aulas palcos para desrespeito e desconsideração por todos os negros que fizeram e fazem parte da história do Brasil. Como visto, a união de esforços para que se alcance o respeito mínimo e se discuta tais temáticas nas salas de aulas é fruto de anseios sociais que ecoam numa sociedade organizada, na qual as minorias tendem a se juntar e reivindicar para se fazerem ouvidas e respeitadas.

Contudo, respondendo à pressão de estudiosos da temática indígena em 2003, por não terem à época uma boa referência em legislação, o Ministério da Educação promulgou somente em 2008 uma nova Lei para incluir no currículo também a história indígena, igualmente fundamental para se discutir a história brasileira, sendo a Lei 11.645/08 que altera o Artigo 26A da LDB (Lei 9.394/96) e estabelece que “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira” (BRASIL, 2008, Art. 26A).

O mesmo se observa com relação aos indígenas, que também foram peças-chave na constituição da identidade cultural do país, desde os primórdios de seu processo de

colonização. Os indígenas brasileiros eram e ainda são, em sua maioria, tratados com estereótipos negativos, diminuindo-se a sua importância no contexto em que nos inserimos. É inaceitável, por exemplo, que até professores da rede básica se posicionem em relação aos indígenas com discursos carregados de preconceitos durante as aulas, perpetuando uma situação de discriminação que já perdura séculos.

Gomes (2010) afirma que tais leis tendem a produzir efeitos que buscam corroborar nos processos de decolonização dos currículos, no qual, este processo precisa ser compreendido como um ganho na construção de uma democracia, que promova de fato a igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais. Levando a escola e os alunos, a questionarem a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornando dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconhecendo a beleza e a riqueza das diferenças.

Santana *et al.*, (2012) ponderam que o ensino das questões raciais ajuda na valorização da cultura afro-brasileira e indígena como componentes nacionais. Além disso, incentiva os alunos a eliminarem ideias preconcebidas e combate preconceitos aprendidos em sociedade e, muitas vezes, replicados no ambiente escolar.

Diante disso, de nada vale implementar as temáticas afro-brasileiras e indígenas no currículo se tal ação não apontar para uma mudança brusca de postura de todos os alunos, e até professores, que passam pela rede pública de educação no Brasil. As aulas de História, Literatura e Artes devem problematizar essa questão numa perspectiva profunda e reflexiva, levando todos os sujeitos envolvidos a um espaço onde se repense tudo o que se viu e ouviu acerca desses temas no banco da escola, ao invés de tratar a questão de forma superficial como comumente se observa e se relata.

Os autores Souza e Fleuri (2003) descrevem que a priorização das questões étnico-raciais no currículo permite que os alunos e alunas façam reflexões mais profundas sobre sua história, sua cultura, suas identidades e suas experiências cotidianas. Ainda, reflexões sobre as tensões que se instauram no espaço escolar a partir da diversidade e das alteridades que se fazem sempre em contextos de disputa, mas também de diálogos que estão sempre em relação.

Para Silva (2006) as práticas de educação firmadas na interculturalidade questionam o currículo de caráter monocultural e priorizam por uma decolonização da educação e do currículo, e também por uma política de valorização das diferenças, pois entendem a educação como prática da diferença.

Não é difícil se pensar numa educação descolonializada e plural ao se observar a configuração escolar brasileira. A escola atual apresenta-se como um leque de diversidades, cores, origens, costumes, raças, etc. Pensá-la pela ótica unilateral ou, nos dizeres dos autores, monocultural, é sacrificar toda a diversidade existente, reproduzindo práticas eurocêntricas que tendem a esmagar tudo o que não se adequa a um padrão cultural ou racial. Em outras palavras, é vivenciar a repetência da história no que diz respeito a toda a violência sofrida por povos indígenas e africanos, pelo simples fato de serem diferentes dos colonizadores.

Ainda segundo o autor (SILVA, 2006), a organização curricular que leva em consideração a abordagem intercultural e que entende a cultura como processos híbridos (mistura de diferentes culturas convivendo em um mesmo cenário social) e fluidos, parte do pressuposto que é preciso problematizar a realidade sociocultural em que se inserem os estudantes, transformando o currículo em um espaço de vivências, de interlocução de saberes, de enfrentamento e, também, de cruzamentos culturais, ou seja, um currículo representativo da multiculturalidade brasileira.

Conforme Macedo (2009) corroborando Silva (2006), é assim que o currículo de pretensão monocultural precisa ser negado, tendo como inspiração os pertencimentos e as relações interculturais criticizadas, na medida em que a interação crítica e dialógica na perspectivada da forma com que as pessoas buscam compreender não só o que cada uma quer dizer, mas também os contextos culturais, a partir dos quais seus atos e suas palavras adquirem significados.

Assim, pensar num currículo multicultural é levar o aluno aos espaços mais profundos de reflexão humana, fazendo-o reconhecer suas histórias, origens e culturas como algo que o constitui como ser único e plural ao mesmo tempo. É importante que se estabeleça esse tipo de diálogo na educação básica para que os alunos aprendam que toda a complexidade cultural da sua nação está interligada e que todos os elementos são igualmente importantes, devendo, portanto, serem respeitadas em sua totalidade e exploradas como conteúdo importante para a sua formação integral.

Gomes (2012) acredita que a decolonização do currículo provoca conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Isso porque essa movimentação acaba se inserindo em outros processos de decolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. A autora ainda relata que estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e de visões de mundo. Sendo assim, nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores(as), o currículo e a formação docente.

Não é muito difícil perceber que o movimento de negação das tendências eurocêntricas nas escolas tem bastante resistência por parte de todo um tecido social que insiste em perpetuar práticas discriminatórias, escalando as culturas como maiores ou menores. Mais do que isso, a ideia de alta cultura e baixa cultura imprime ainda mais um julgamento com base no preconceito, na ideia de uma cultura ser melhor do que outra.

Dito isto, os autores Candau e Oliveira (2010) descrevem que a inclusão nos currículos e nas práticas pedagógicas das diferenças culturais de cada povo e cada etnia tem o intuito, nesse *locus*, de dar sentido e tornar possível a discussão da diferença no cotidiano escolar, e dessa forma ressignificar as marcas da colonialidade ainda presentes nos discursos hegemônicos, nos possibilitando por consequência decolonizar os currículos e as práticas pedagógicas presentes nas escolas. Logo, não é mais possível, a essa altura da civilização, que se aceite a propagação de práticas que ainda demonstrem a existência de uma colonialidade do saber. Este tipo de prática já não tem mais espaço na sociedade pós-moderna, sendo necessário, de fato, discutir profundamente os aspectos socioculturais que nos constituíram como povo brasileiro, sobretudo no que diz respeito à vital importância do negro e do indígena em todo esse processo.

### 2.3 REDESENHAR UM CURRÍCULO PARA A DIVERSIDADE: UMA EXIGÊNCIA IMPERATIVA

A escola não é um espaço neutro, descolado da sociedade que está inserida, na qual os conflitos sociais e raciais ficam do lado de fora. Pelo contrário, a escola é uma instituição em que os conflitos se manifestam com intensidade: o racismo, a discriminação racial e o preconceito fazem parte das relações entre professores(as) e estudantes. Sendo assim, a escola, além de transmitir conteúdos programáticos do currículo, compartilha “valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade” (GOMES, 2005, p. 11).

Para que os estudos das relações étnico-raciais na educação possam ser compreendidos a partir da dimensão simbólica que envolve, é preciso que a educação seja vista como processo de humanização, que inclua e incorpore os processos educativos não escolares (GOMES, 2005). Pois ainda não é dada na escola a importância devida aos fatores simbólicos que permeiam as relações sociais e étnico-raciais, tais como a formação da identidade. E mesmo quando isso é feito, não é merecedor de um trato pedagógico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, aprovadas em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação, sintetizam o que se pode entender por educação das relações étnico-raciais:

§ 1º A educação para relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2008).

Na tentativa de promover ações capazes de romper com o quadro da exclusão e invisibilidade sob o qual alguns grupos étnicos foram submetidos, realizaram-se alterações na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) em 2003 e 2008.

Essas alterações impactaram, significativamente, no modo como o ensino estava sendo conduzido, visto que se formou uma rede de trabalhos para que os educadores e pedagogos tivessem acesso à formação e informação sobre estes novos conteúdos e temáticas e, assim, fossem instrumentalizados para construir um ambiente escolar capaz de atender às demandas colocadas pelas leis em questão.

Tais leis devem orientar as políticas nas instituições e as práticas pedagógicas dos professores, de modo que possam promover um espaço de visibilidade aos saberes desenvolvidos pelas populações negras e indígenas, romper com um padrão etnocêntrico de educação, assim como desenvolver um tipo de educação onde as crianças e os jovens negros e indígenas possam se sentir pertencentes (ALENCAR, 2015). Para além dos conteúdos programáticos, o objetivo é promover espaços de debates sobre o desenvolvimento de uma pedagogia e uma política educacional que desconstruam as ideias e práticas pautadas no racismo, no preconceito e na discriminação. Estas ações devem ser entendidas como instrumentos eficazes na formação de uma educação antirracista e emancipadora e, por conseguinte, no desenvolvimento de sujeitos sociais críticos.

A Lei nº 10.639/03, para além da inclusão de novos conteúdos curriculares, traz a possibilidade de falar sobre relações raciais na escola, de romper o silenciamento sobre a questão, desvelando rituais pedagógicos discriminatórios. A lei abre caminhos para a construção de uma educação antirracista, tornando público e legítimo falar sobre a questão afro-brasileira e africana. Segundo Gomes (2008), para a promoção de uma educação antirracista, existem sete elementos estruturais na organização da escola que devem ser analisados e modificados: 1) Currículo escolar; 2) Formação docente; 3) Material didático-

pedagógico; 4) Minimização do problema racial; 5) Universo semântico pejorativo; 6) Distribuição desigual de estímulo e afeto; 7) Negação da diversidade racial na composição da equipe de profissionais.

Aqui temos um norteamento bastante prático para lidar com as questões racistas no ambiente escolar, dizimando esta prática lamentável a partir da análise e modificação dos elementos apontados. Do currículo à negação da diversidade racial na composição da equipe, tudo é válido e importante, merecedor de atenção e cuidados para que se rompa a discriminação racial nos espaços escolares.

Dito isto, estudar a história e cultura afro-brasileira, conforme a Lei nº 10.639/03 preconiza, incluindo a História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o papel do negro na formação da sociedade nacional, na economia e na política é uma forma de desconstruir preconceitos sobre estes povos (PEREIRA, 2010). Nesse viés, é salutar superar os conhecimentos do senso comum e adquirir conhecimentos científicos, que a maioria da população só tem acesso através da escola. Para tanto, se faz necessário a inclusão do tema da diversidade étnico-racial nas escolas públicas e privadas de todo o país.

A discriminação racial faz-se presente como fator de seletividade nas escolas e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade (GOMES, 2012). Assim, é preciso trazer estes temas para o debate, colocá-lo no contexto do racismo ambíguo e do mito da democracia racial, questionando sua expressão na realidade social e escolar. Desse modo, o silêncio refere-se a algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido.

O silêncio que atravessa os conflitos étnico-raciais na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola (CAVALLEIRO, 2007). De modo silencioso, ocorrem situações no espaço escolar que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes diferentes lugares para pessoas brancas e negras. Logo, esse silêncio da escola alimenta as desigualdades impostas pela sociedade, contribuindo para que alunos afrodescendentes se sintam impossibilitados de lutar com seus próprios instrumentos culturais, pois são desestimulados a valorizarem a si mesmos e a seus grupos de pertencimento.

Essa problemática, infelizmente, se arrasta por muitos anos, fazendo com que haja uma segregação nas escolas públicas e privadas do país. O silêncio das escolas talvez seja o principal motivo de perpetuação do preconceito e discriminação racial, o que deve mudar imediatamente pelo bem de todos e desenvolvimento de uma nação justa e plural.

Nem sempre encontramos professores preparados para lidar com os desafios que a discriminação racial impõe em sala de aula. Sendo que a falta de preparo, considerada como reflexo do “mito de democracia racial”, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da missão do(a) professor(a) no processo de formação dos futuros cidadãos (MUNANGA, 2005). É nesse contexto que podemos perceber o quão importante são as formações continuadas para professores e uma formação adequada para que este profissional possa educar corretamente os alunos para as questões étnico-raciais em voga no Brasil.

A valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena pelos professores deve proporcionar ao aluno uma identificação com o conteúdo escolar, levando-o a perceber-se como agente (re)produtor e transformador da realidade (RIBEIRO, 2006). Desse modo, é necessário que o(a) professor(a) expresse, em suas práticas pedagógicas, o Brasil das diferentes culturas, levando o aluno a se reconhecer como ser social, historicamente construído. Fazendo isso, pode-se dizer que estaremos mais próximos de um ensino que mostre os princípios da tolerância às diferenças étnico-raciais existentes no nosso país e como minimizar as formas de discriminação racial ainda existentes.

O Plano Nacional de implementação da Lei 10.639/03 ressalta que, dentre as principais ações das coordenações pedagógicas, uma é promover junto aos professores reuniões pedagógicas com o fim de orientá-los para a necessidade de constante combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação elaborando, em conjunto, estratégias de intervenção educacional (ESPIN, 2016).

Seguindo essa linha de raciocínio, sabe-se que alguns professores, infelizmente, ainda carregam marcas de racismo e externalizam tais marcas em suas práticas pedagógicas cotidianas. É necessário, portanto, evidenciar que essas atitudes não têm espaço no ambiente escolar, sendo extremamente reprovável por parte de um formador de opiniões. A equipe pedagógica, então, assume um importante papel de mediar essa situação para que as discriminações cessem e tudo transcorra como regula a legislação brasileira.

O fato é que pensar na introdução política e pedagógica da questão étnico-racial nas escolas significa muito mais do que ler livros e manuais informativos. Representa alterar os valores, a dinâmica, a lógica, o tempo, o ritmo e a estrutura das escolas (SILVA JÚNIOR; BENTO; CARVALHO, 2012). E, mais do que isso, significa também subsidiar os professores, colocando-os em contato com as discussões mais recentes sobre os processos educativos, culturais e políticos. Mas para que isso aconteça, a escola e os educadores têm de se mobilizarem, tomando iniciativas em prol do combate à discriminação racial.

Assim, o professor deve estar atento e proporcionar mudanças que estimulem formas positivas de interação, além de proporcionar novas perspectivas de mundo entre as crianças. Isso pode ocorrer, por exemplo, por meio da leitura de histórias em que surjam heróis e princesas negras, a fim de ressaltar situações em que pessoas negras em ação tenham destaque positivo no enredo. Isso influenciará na construção de novos repertórios em relação à identidade das crianças afrodescendentes.

Graças aos esforços contínuos, aos poucos vem crescendo a quantidade de professores(as) que percebem a necessidade de trabalhar com as relações étnico-raciais, dando-lhe um trato pedagógico positivo. Segundo Lopes (2005), há dois tipos de professores dentro da escola: aqueles enquadrados em princípios de desigualdade e exclusão, negando o direito às diferenças, e aqueles compromissados com uma educação voltada para a vida social, que tem como fundamento, principalmente, possibilitar aos alunos uma nova visão de mundo para que possam agir, participando de todo o processo social. Interessa muito mais às escolas atuais o segundo tipo de professor, engajado com a inclusão étnico-racial, muito mais útil para os processos educacionais que observamos hodiernamente.

Ademais, existem educadores abertos ao diálogo sobre as relações étnico-raciais se propondo a desenvolver trabalhos com objetivos de reeducar seus alunos nessas relações, pois hoje em dia há um reconhecimento da diversidade sociocultural existente na sociedade (GOMES *et al.*, 2006). Porém, infelizmente há muitos educadores que por mais que reconheçam a diversidade, não dialogam com ela, não empregando-a em suas práticas educativas como algo intrínseco às relações humanas e pedagógicas.

A diversidade e o papel assumido pela escola, em referência ao ensino num contexto étnico-racial tem se ampliado nos últimos anos em decorrência de novas pesquisas relacionadas à construção de um currículo e de uma linguagem crítica que desmistifique visões eurocêntricas do conhecimento escolar.

Deste modo, os currículos escolares serão decolonizados, oportunizando um ambiente escolar muito mais plural e democrático a partir da emergência de leituras de mundo plurais. Os currículos devem trabalhar em prol da formação das identidades à aberta pluralidade cultural, visando a paz e a ética nas relações interpessoais, para a crítica as desigualdades sociais e culturais.

Portanto, um dos desafios da decolonização do currículo é compreender e reconhecer que o racismo é um problema estrutural do Brasil, desmistificando a ideia de que vivemos uma democracia racial, em que brancos, negros, mestiços, indígenas têm as mesmas oportunidades.



## 2.4 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

No Brasil em muitos documentos oficiais há uma presença difusa e confusa da diversidade na prática pedagógica, não existindo uma sintonia de propostas, projetos e práticas realmente eficazes (KADLUBITSKI; JUNQUEIRA, 2010). Dessa forma, os trabalhos produzidos na área da diversidade trazem declarações de tipo normativo, apontando que, para alcançarem a dimensão objetiva, as práticas e ações pedagógicas necessitam efetivamente incorporar a formação de profissionais da educação nos hábitos e costumes das práticas sociais, e não apenas atividades isoladas.

De acordo com Tardif e Lessard (2012), a ação-reflexão tende a fazer parte da formação docente, definindo, assim, possibilidades diferentes de ensinar, de perceber os alunos e a natureza dos conhecimentos a serem construídos. Esta ação-reflexão surge a partir do momento em que o professor se propõe a fazer, introduzindo no discurso o referencial de que a diversidade cultural é a riqueza da humanidade, e que, para cumprir sua tarefa humanista, precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua, e que estas são passíveis de diálogo.

Frente a isso, faz-se necessário o redimensionamento do olhar do educador, convergente a uma mudança de linguagem e da reflexão da prática, que se transformará em uma ação interdisciplinar voltada à construção de um perfil profissional, vinculado à pesquisa no espaço escolar – ação/reflexão.

Nesse sentido, na ótica das relações étnico-raciais, isso remete ao entendimento de uma desconstrução de noções e concepções apreendidas durante a vida nas práticas sociais em ambientes diversos (OSÓRIO, 2003). Isso quer dizer que à escola cabe ensinar aos cidadãos valores aceitos universalmente, sobretudo a tolerância e respeito às diversidades de origem étnico-racial, haja vista a discriminação e preconceito ainda serem uma realidade na sociedade dita civilizada nos tempos atuais.

Nesse contexto, o papel do professor, frente a essa nova ação, deixa de ser de um agente exclusivo de informação e formação dos alunos, centrando agora sua principal característica como a de ser o mediador das interações entre os alunos e destes com o novo, o diverso, o diferente, construindo, assim, novos conhecimentos e contribuindo para a preparação dos alunos como cidadãos participativos, autônomos, críticos e reflexivos (OSÓRIO, 2003).

Esse é o perfil de professor que as escolas atuais precisam, mais um mediador de interações entre os sujeitos da aprendizagem, criando uma cultura de tolerância e respeito mútuo sem nenhum tipo de discriminação, segregação ou preconceito. As escolas da atualidade não têm mais espaço para professores que reproduzam preconceitos raciais oriundos da colonização; antes, é preciso transformar-se num formador de opinião livre de todas as cargas que atrasam a evolução humana.

As marcas linguísticas de poder na relação professor/aluno, em contexto universitário de sala de aula, pelo fato de ser esse o espaço em que professor e alunos trabalham na construção do sentido discursivo, segue a prática de um comportamento pedagógico, que deveria ser voltado para o aluno como centro das atividades acadêmicas, bem como para a sua socialização por meio das atividades de grupo. Pois, apesar de o professor saber que a sala de aula é um lugar de atividades interativas, a interatividade prescrita nos modernos manuais de didática não ocorre efetivamente na sala de aula, por motivos relacionados à formação acadêmica desse professor e à do próprio aluno (SANTOS, 1998).

Aqui, temos a suma importância das universidades em bem preparar os futuros professores do país. As faculdades devem ser palco de discussões e formações pautadas em um diálogo aberto e plural, sem resquícios de um passado racista e discriminatório, tendo em vista que toda a base de formação dos professores está neste lugar.

Dito isto, não é possível separar a prática pedagógica da formação de professores, pois é essencial a compreensão de que os saberes dos professores possuem múltiplas fontes e se constituem numa dimensão temporal, sendo que a docência é um processo que se constrói permanentemente, aliando o espaço da prática com o da reflexão teorizada (CUNHA, 2004). Contudo, se a concepção de formação não é neutra, característica de todo e qualquer ato humano, é preciso analisá-la numa perspectiva que se afaste da concepção meramente técnica. Inclusive, é importante lembrar que a pesquisa sobre formação de professores pressupõe a não neutralidade.

Na organização do cotidiano escolar, o trabalho deve ser desenvolvido de maneira coletiva, em que um conjunto de profissionais interage para a formação plena do aluno, contribuindo para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem (DAL MORO; JIMENEZ, 2017). Para conseguir tal feito, todo o corpo escolar deve estar sempre em sintonia, tendo em vista que todas as funções são importantes na busca por um ensino eficiente e de qualidade, capaz de alcançar os objetivos propostos pela instituição escolar em relação ao desenvolvimento integral do aluno.

## CAPÍTULO 3

### ANÁLISE PANORÂMICA DA LEI 10.639/03 EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE CRUZEIRO DO SUL

Neste capítulo, analisamos os dados levantados a partir da pesquisa realizada em instituições de ensino médio do município de Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do Estado do Acre. Apresentamos a cidade de Cruzeiro do Sul, a fim de que o leitor se situe de forma satisfatória, além de conhecer também as escolas *lócus* do estudo. Em seguida, apresentamos os aspectos metodológicos, que evidenciam de que forma os dados foram coletados ao longo da pesquisa. Por fim, explanamos as vozes dos sujeitos pesquisados, mostrando os resultados alcançados a partir da coleta de dados.

#### 3.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL

Cruzeiro do Sul é um município brasileiro localizado no interior do estado do Acre, na região Norte. Conhecida como capital da região do Vale do Juruá é o mais importante polo turístico e econômico do interior do Acre. O município, cujo nome foi inspirado na constelação "Cruzeiro do Sul", teve sua fundação oficializada em 28 de setembro de 1904, quando a sede do Departamento do Alto Juruá foi transferida para Cruzeiro do Sul. Localiza-se na região noroeste do estado do Acre, na margem esquerda do rio Juruá, que fica a 648 km da capital Rio Branco pela rodovia BR-364 e 593 km em linha reta (CRUZEIRO DO SUL, 2021).

Constitui o segundo município mais populoso do Acre, com uma estimativa populacional de 89.072 habitantes. Apresenta uma densidade populacional de 10,1 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município e sua área territorial se estende por 8.779,2 km<sup>2</sup> (CRUZEIRO DO SUL, 2021).

Nos últimos anos, as atividades econômicas do município estão voltadas para atividades extrativistas de agronegócios que visam produzir e comercializar bens e serviços. Atualmente, a farinha é o principal produto da atividade econômica municipal, sendo uma das melhores da região e muito apreciada no sul do país (FELIPE, 2019; GADELHA, 2019).

O município de Cruzeiro do Sul está ligado ao município de Pucalpa – Peru, do qual dista 250 km, por via aérea. Alguns pontos turísticos de destaque são a Catedral de Nossa

Senhora da Glória, o Fórum Cível Caio Valadares (Comarca), a Estação do Porto (Cais), o Igarapé Preto e o Instituto Santa Terezinha (CRUZEIRO DO SUL, 2014).

No que tange ao aspecto educacional, conta com uma das melhores coberturas de matrículas das cidades acreanas, tanto na zona urbana quanto na rural. Existem 192 unidades de ensino, sendo 54 que ofertam o ensino infantil, 167 de ensino fundamental, 22 de ensino médio e 07 de ensino superior. Vale observar que tem escola que oferta dois níveis de ensino (CRUZEIRO DO SUL, 2014).

### 3.2 ESCOLAS LÓCUS DA PESQUISA

Uma das instituições pesquisada é a Escola de Ensino Médio Craveiro Costa, escola urbana da rede pública estadual. Segundo dados do Censo/2020, o número de funcionários é 22 e o número de alunos matriculados foi 579. Conta com uma instalação de ensino composta por: 14 salas de aulas; sala de diretoria; sala de professores; laboratório de informática; laboratório de ciências; sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE); quadra de esportes coberta; cozinha; banheiros adequados aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; sala de secretaria; banheiro com chuveiro; despensa; auditório; pátio coberto. Além disso, conta com equipamentos como: tv; dvd; copiadora; impressora; aparelho de som e projetor multimídia.

A outra instituição é a Escola de Ensino Médio Flodoardo Cabral, uma escola urbana da rede pública estadual. Segundo Dados do Censo/2020, o número de funcionários é 24 e o número de alunos matriculados foi 1098, divididos nas turmas: educação especial (80 alunos); 1º ano do Ensino Médio (EM) (451 alunos); 2º ano EM (306 alunos); e 3º ano EM (261 alunos). Atualmente, conta com a seguinte infraestrutura: alimentação escolar para os alunos; água filtrada; água da rede pública; energia da rede pública; fossa; lixo destinado à coleta periódica; acesso à internet (banda larga). Nas instalações de ensino, possui: 14 salas de aulas; sala de diretoria; sala de professores; laboratório de informática; laboratório de ciências; sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE); quadra de esportes coberta; cozinha; banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; sala da secretaria; banheiro com chuveiro; despensa e auditório. E os equipamentos: tv, dvd, copiadora, impressora, aparelho de som e projetor multimídia.

### 3.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS PARA A REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NAS DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

O trabalho de pesquisa de campo teve seu primeiro momento na **Escola Flodoardo Cabral**, de forma presencial, em dezembro de 2020. Na ocasião, apresentei-me à gestora com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para solicitação de autorização para realizar uma pesquisa científica, com o propósito de discutir as informações em minha dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens. Com o motivo e o objetivo da pesquisa postos, fui bem recebida e, a partir de uma conversa informal, procurei saber informações acerca da escola e da comunidade em que ela está inserida.

Fora também solicitado à escola documentos como Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Redesenho Curricular e Projetos Setoriais. Ainda, solicitei autorização dos docentes das disciplinas "Língua Portuguesa" e "História" para entrevistas, além dos coordenadores pedagógicos e gestores sobre o tema "A Lei 10.639/03 e as Relações Étnico-Raciais no Ensino Médio".

O segundo momento se deu na **Escola Craveiro Costa**, de forma virtual, em dezembro de 2020. Na oportunidade, apresentei-me ao gestor da escola com os TCLE, com propósito de obtenção de informações sobre o objeto de estudo de minha pesquisa. Também fui bem recebida e, a partir de uma conversa informal, foram levantadas informações acerca da escola e da comunidade em que ela está localizada.

Solicitei documentos como PPP e o Currículo Único de Referência do Acre. Ainda, solicitei autorização dos docentes das disciplinas "Língua Portuguesa", "História" e "Arte", além dos coordenadores pedagógicos e gestores para aplicação do questionário sobre o tema "A Lei 10.639/03 e as Relações Étnico-Raciais no Ensino Médio".

### 3.4 DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA ESCOLA FLODOARDO CABRAL

Os documentos desta escola foram disponibilizados por meio de *e-mail*, no mês de janeiro de 2021. Analisou-se inicialmente o Projeto Político Pedagógico (PPP 2020), no qual foi verificada a ocorrência do seguinte texto, no tocante ao estudo em questão:

[...] preocupa-se em cumprir as determinações da Lei 10.639/03, observando o tratamento dado à temática negra, afro-brasileira e indígena no tocante à valorização da cultura e do respeito à diversidade étnica, de modo que as atividades desenvolvidas no exercício do currículo de História sejam

pautadas pela ressignificação do papel do negro e do índio, como parte formadora integrante do brasileiro.

Outro documento analisado foi o Plano de Redesenho Curricular (PRC 2020) no qual são trabalhadas as relações étnico-raciais da seguinte forma:

[...] campos de integração curricular com a produção e fruição das artes; componentes curriculares envolvidos nas disciplinas de História, Geografia, Artes e Educação Física. Para contemplar tais ações, no 1º ano se planeja e executa atividades sobre cultura afro-brasileira, em diferentes linguagens artísticas, para a valorização da diversidade cultural e o combate ao preconceito e discriminação racial; no 2º ano se desenvolvem atividades criativas e de produção nas quatro linguagens artísticas: artes visuais, danças, músicas e teatro para análise das semelhanças e diferenças entre as formas de trabalho escravo em cada época e as condições degradantes dessa condição como ofensiva aos direitos humanos; e no 3º ano se promove uma gincana cultural para comemoração do dia da consciência negra, para a formação de consciência crítica quanto às políticas públicas, legislação e atos violentos contra a população afro descendente.

Também foram disponibilizados os Projetos Setoriais do ano 2020. São os projetos de cada setor da escola na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Percebeu-se como específicos do Ensino Médio: **Projeto Brasil de Todas as Cores** na área de Ciências Humanas e de componentes curriculares de História, com carga horária de 08 h/a. O objetivo geral desse projeto é promover a reflexão sobre a diversidade etnocultural para compreensão de que cada povo possui sua identidade própria, presente nas crenças, costumes, história e organização social.

Além do primeiro projeto, o Ensino Médio também desenvolve o **Projeto Educação não Tem Cor**, na área de Ciências Humanas e componentes curriculares de História e Geografia, com carga horária de 08 h/a. Como objetivo geral, visa promover o respeito às diferenças e a valorização do ser humano e da identidade cultural dos negros e afrodescendentes, de forma que mudanças significativas na prática social sejam percebidas e seja efetivado o desenvolvimento da consciência cidadã e o combate ao preconceito racial, na medida que o aluno se perceba parte desse povo.

### 3.5 DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA ESCOLA CRAVEIRO COSTA

Os documentos desta Escola foram disponibilizados por meio de *e-mail*, no mês de janeiro de 2021. O Projeto Político Pedagógico (PPP 2020) deixa claro que a escola adota em suas práticas pedagógicas a metodologia dos projetos disciplinares, que fazem parte do

currículo educacional. Atualmente desenvolve diversos miniprojetos e dois projetos setoriais de ampla abrangência, um da área de Linguagens e outro da área de Humanas.

No Currículo Único de Referência do Acre (2020), na disciplina de **Artes**, existe um projeto que faz uma pequena abordagem sobre a cultura africana e afro-brasileira. Tal projeto visa desenvolver competências para apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. Como habilidades, quer que os alunos possam apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica. Tem como objeto de conhecimento os patrimônios artísticos e seus processos de legitimação das manifestações artísticas em artes visuais, dança, música e teatro. Já na disciplina de **História**, no 2º ano, o segundo bimestre engloba no seu plano de curso o conhecimento e a compreensão das características da História da escravidão negra e do racismo no Brasil, bem como a reflexão sobre a diversidade cultural e religiosa no Brasil, com ênfase sobre aspectos da religiosidade afro-brasileira.

Em relação aos Projetos Setoriais (2020) encontramos o **Projeto Consciência Negra**, com o objetivo geral de valorizar a cultura afrodescendente, bem como seus valores, lutas e ensinamentos transmitidos à sociedade. Realizado no mês de novembro, momento em que os membros da comunidade idealizam, planejam e executam atividades como: teatros, danças, músicas, paródias, desfiles, textos literários, gincanas e outros.

### 3.6 VOZES DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Em ambas as escolas, foram aplicados questionários sobre a Lei 10.639/03 e as Relações Étnico-Raciais no Ensino Médio com os professores(as) das disciplinas Língua Portuguesa, História e Arte, com coordenadores(as) pedagógicos e gestores(as).

O primeiro questionário foi aplicado para professores(as) com questões sobre: a) Formação e diversidade étnico-racial; b) Atividades pedagógicas voltadas para a implementação da Lei 10.639/03 e para a educação para as relações étnico-raciais; c) A Lei 10.639/03, a formação e a gestão da escola. O questionário foi elaborado com perguntas

abertas, por oportunizar explorar melhor as possibilidades de resposta dos participantes (Anexo 1).

O segundo questionário foi feito com os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) com questões: a) Sobre a atuação; b) Sobre a relação entre o trabalho da coordenação pedagógica e as relações étnico-raciais. O questionário foi elaborado com perguntas abertas (Anexo 2).

O terceiro questionário foi realizado com diretores(as), propondo questões sobre a) a Lei 10.639/03; b) casos de racismo e de desrespeito na escola; c) Coordenação ou núcleo da secretaria que trabalhe especificamente a questão racial (Anexo 3).

### 3.7 ANÁLISE FINAL DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

Visando uma melhor compreensão global da opinião e nível de conhecimento dos participantes da pesquisa, que nos possibilitaram a interlocução com o objeto investigado neste estudo, transcreveremos abaixo as respostas dos entrevistados, de forma que se apresente um panorama de fácil entendimento. Nos dados apresentados nas tabelas e gráficos considere-se o conjunto dos entrevistados em ambas as escolas ao mesmo tempo.

#### 1. Como e quando você tomou conhecimento da Lei 10.639/03 e das suas diretrizes?

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

- (a) Não sei exatamente! (HISTÓRIA)
- (b) Tomei conhecimento da lei supracitada durante a graduação, em algumas das disciplinas ofertadas no curso. (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA)
- (c) Somente no Mestrado. (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA)

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

- (a) Tomou conhecimento pelos canais de comunicação, telejornais, assim que a lei foi publicada. Como gosta de assistir noticiários está sempre a par dos acontecimentos. (ARTES)
- (b) Tomei conhecimento sobre a Lei estudando para a aplicação de uma disciplina no Parfor, no ano de 2018. A disciplina era diversidade cultural no ensino. E, também, no ano seguinte estudando para a prova do concurso do estado (LÍNGUA PORTUGUESA).

#### QUADRO 01

1. Como e quando você tomou conhecimento da lei e das suas diretrizes?		
Faz tempo/Graduação	3	60%



Faz tempo/Noticiários	1	20%
Faz tempo/Estudando	1	20%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Conforme as respostas da pergunta 1, a maioria dos entrevistados teve conhecimento da Lei 10.639/03 e das suas diretrizes nas suas graduações (60%), seguido por noticiários (20%) e estudando (20%). Todos os participantes da pesquisa têm conhecimento da Lei 10.639/03 e das suas diretrizes há um tempo considerável, o que se supõe facilitar o trabalho na sala de aula com o ensino da História e cultura afro-brasileira.

Aqui, corroboramos as ideias de Silva (2002) ao defender que o professor precisa ter conhecimento dos aspectos que constituem o currículo escolar, no caso em análise, a Lei 10.639/03. Todos os entrevistados apresentam o conhecimento da referida lei, o que é um ponto extremamente positivo.

**2. Você tem conhecimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003, lançado pelo MEC no dia 13 de maio de 2009? Se sim, qual é a sua opinião sobre o mesmo?**

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

- (a) Sim! Para mim é justo, já que os africanos contribuíram em uma enormidade de aspectos para a cultura brasileira (HISTÓRIA).
- (b) Acho o plano de suma importância para o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).
- (c) Sim, mas não aprofundado (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

- (a) Tenho conhecimento sim. Entendo que é necessário, mas não deveria ser assim, pois dessa forma já fica evidente que o Brasil é um país racista. Existe o racismo estrutural (ARTES).
- (b) Tenho sim. Acredito que foi uma atualização tardia, mas muito necessária. Deveríamos ter pensado nisso há bastante tempo. E não apenas reproduzir a cultura de massa (LÍNGUA PORTUGUESA).

**QUADRO 02**

<p><b>2. Você tem conhecimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei 10.639/03?</b></p>
---

Sim.	4	80%
Tenho conhecimento não tão profundo.	1	20%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Conforme as respostas da pergunta 2, apresentadas acima, 80% dos entrevistados têm conhecimento sobre o Plano Nacional lançado pelo MEC no dia 13 de maio de 2009 e apenas 20% têm conhecimento pouco aprofundado destes. Conclui-se com isso que, para muito mais da metade dos entrevistados, o Plano evidencia a contribuição dos africanos em vários aspectos no desenvolvimento para a cultura brasileira. Além disso, a partir das respostas dos participantes, subentende-se que o Plano ajuda a combater preconceito, racismo, discriminação e as desigualdades, dentro e fora das escolas, reforçando o que foi preconizado por Gomes (2005) ao afirmar que a escola é o espaço – por excelência – para o combate a toda forma de racismo e discriminação de qualquer natureza.

### **3. Você possui formação para o trabalho com a Lei e as diretrizes (graduação, atualização, extensão, especialização, mestrado, doutorado) na temática das relações étnico-raciais?**

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

(a) Não! (HISTÓRIA).

(b) Não possuo uma formação precisa e/ou detalhada acerca da Lei e suas diretrizes para realizar um trabalho que de fato honre com o seu objetivo. Como informei, tive contato com a Lei 10.639/03 e suas diretrizes apenas em algumas disciplinas da graduação e também em algumas matérias da Pós-graduação que ainda não concluí, mas acredito que foi suficiente para que eu obtivesse o conhecimento de sua importância. Porém, quando se trata de pôr em prática na docência, creio que ainda preciso estudar mais sobre o assunto sobre como colocá-lo em prática (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

(c) A formação que possuo é somente dos cursos nos quais eu, de forma espontânea, realizei pelo sistema de ensino no qual trabalho, mas nunca tive formação específica a esse respeito. Essa é uma temática que me interessa muito, e sempre que posso faço formações, minicursos e workshops via internet (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

(a) Não tem formação direcionada a essa lei (ARTES).

(b) A informação que tenho é apenas superficial, algumas disciplinas durante a graduação que trabalhavam com essa temática. Nada além disso (LÍNGUA PORTUGUESA).

### **QUADRO 03**

<b>3. Formação para o trabalho com a lei e as diretrizes.</b>		
Não.	1	20%
Sim.	1	20%
Não possuo uma formação precisa e/ou detalhada	3	60%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Conforme as respostas apresentadas acima, 60% dos entrevistados não possuem uma formação precisa e/ou detalhada, enquanto somente 20% possuem, seguido de outros 20% que não possuem nenhuma formação. Essa ausência de formação detalhada e aprofundada pode ocasionar prejuízos educacionais para a aprendizagem da História e Cultura Afro-Brasileira, pois os professores não dispõem de bases teóricas significativas para discutir o tema com afinco e profundidade requeridos, conforme discutido por Gomes (2008) como um dos pilares da educação antirracista.

**4. Que tipo de atividade tem sido realizada (teatro, dança, projetos de trabalho, palestras, feiras, festejos, trabalho com a comunidade, produção de textos, confecção de mapas, debates, entre outros)?**

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

- (a) Dentro dos projetos realizados na escola, realizamos todas as atividades citadas acima. Ainda acrescentamos: teatros, poesias, paródias entre outras (HISTÓRIA).
- (b) Especificamente em minha área, quando estamos trabalhando literatura, buscamos incluir obras que retratem a diversidade étnico-racial. A partir disso, projetos voltados à essa temática são realizados na escola. Ademais, em datas festivas que evidenciam a importância da diversidade étnico-racial realizamos programas que contemplem o tema (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).
- (c) Nesse período de pandemia atividades que geram aglomeração como, por exemplo, feiras e projetos foram suspensas. Antes, o contato com a diversidade racial se dava mais através de projetos realizados na escola. À distância não realizamos nenhum nessa área (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

- (a) Teatro, dança, artes visuais, música. Utiliza do trabalho em grupo, pois ao mesmo tempo está trabalhando a integralização dos alunos e também a questão do racismo, procurando não dar espaço para o racismo. Infelizmente a disciplina de artes possui pouca carga horária e não pode trabalhar mais com os alunos essas questões (ARTES).
- (b) Sim. Tem sido desenvolvidas diversas atividades na escola, principalmente, durante as disciplinas eletivas, que visam a dinamização das disciplinas da grade normal. E também recentemente produzimos uma quarentena literária em que os alunos abordaram poesias, músicas e danças regente ao racismo, e preconceito étnico-racial (LÍNGUA PORTUGUESA).

#### QUADRO 04

<b>4. Que tipo de atividade tem sido realizada?</b>		
Todas citadas acima, ainda teatros, poesias, paródias entre outras.	<b>1</b>	<b>20%</b>
Projetos e datas festivas com a temática.	<b>1</b>	<b>20%</b>
Feiras e projetos.	<b>1</b>	<b>20%</b>
Teatro, dança, artes visuais, música.	<b>1</b>	<b>20%</b>
Quarentena literária com poesias, músicas e danças.	<b>1</b>	<b>20%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Conforme as respostas da pergunta 4, percebe-se uma diversidade de atividades realizadas nas escolas que abrangem atividades lúdicas relacionadas às manifestações artísticas e culturais: “Todas citadas acima, ainda teatros, poesias, paródias entre outras”, “Projetos e datas festivas com a temática”, “Feiras e projetos”, “Teatro, dança, artes visuais, música”, “Quarentena literária com poesias, músicas e danças”.

Por mais que seja interessante que as escolas desenvolvam vários tipos de trabalho na abordagem preconizada pela lei em discussão, deve-se questionar se essas atividades são levadas para a vida dos estudantes ou se ficam apenas dentro dos muros da escola. Nesse sentido, Kadlubitski e Junqueira (2010) criticam algumas práticas curriculares em voga no Brasil, inclusive algumas das citadas pelos participantes, segundo eles por não existir uma sintonia de propostas, projetos e práticas realmente eficazes.

#### **5. Estas atividades contemplam as áreas de Artes, Literatura e História anunciadas na Lei 10.639/03? Como? Dentre as três áreas qual tem sido mais enfatizada e por quê?**

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

- (a) Acredito que as áreas foram contempladas igualmente (HISTÓRIA).
- (b) Como eu mencionei na questão anterior, quando trabalhamos a Literatura, buscamos incluir obras que retratem a diversidade étnico-racial e as disciplinas Artes e História são grandes aliadas quando trabalham, também, a temática com os alunos (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).
- (c) Geralmente sim. nos projetos há vários tipos de apresentações e exposições, como danças, palestras, recitais e músicas que em sua maioria, abarcam alguns aspectos da diversidade. Temos a “expo-ciência” que é realizada pela escola, e que volta e meia aborda o assunto étnico-racial (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

- (a) Essas atividades são contempladas. Já começa o ano trabalhando sobre as matrizes culturais, falando sobre o Negro, o Branco e o Índio, passando aos alunos que tudo começou com essas três raças e que somos mestiços e assim não há porque haver racismo (ARTES).
- (b) Sim. Da forma como respondi acima, envolvendo o aluno em atividades que ultrapassam a sala de aula, de forma lúdica. E as três áreas tem sido trabalhada de forma igual, visto que não podemos separar e cada poema possui um contexto histórico e uma representação cênica (LÍNGUA PORTUGUESA).

#### QUADRO 05

<b>5. Estas atividades contemplam as áreas de Artes, Literaturas e Histórias anunciadas na Lei 10.639/03?</b>		
Áreas contempladas igualmente.	5	100%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Conforme as respostas da pergunta 5 os entrevistados foram unânimes, verificando-se que as atividades desenvolvidas na escola contemplam igualmente as áreas de Artes, Literatura e História anunciadas na Lei 10.639/03. Os entrevistados concordam que uma área complementa a outra, trabalhando conteúdos referentes à cultura afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar.

Essa abordagem interdisciplinar é um dos pontos mais significativos e positivos na aplicabilidade da lei dentro da escola. Essa abordagem, defendida por Tardif e Lessard (2012), faz parte de um fazer pedagógico essencialmente reflexivo, que engloba todos os saberes em prol de uma postura redimensionada do professor.

**6. O calendário escolar incorpora datas do calendário afro-brasileiro (21 de março – Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação; 25 de maio – Dia da Libertação da África; 13 de maio – Dia Nacional de Luta contra o Racismo; 25 de julho – Dia da Mulher Negra Latino-Americana e do Caribe; 28 de setembro – Lei do Ventre Livre; 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra)? Como? Quais atividades são desenvolvidas?**

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

- (a) Sim! Em todas elas desenvolvemos atividades relacionadas. As atividades desenvolvidas são: leituras, interpretação de textos, debates, vídeos para interpretação e leitura de imagem, apresentação de paródias, etc. (HISTÓRIA).
- (b) Durante esses três anos que leciono, observo que as escolas ainda “pecam” quanto à incorporação da temática da diversidade étnico-racial a partir das datas do calendário afro-brasileiro. A única data que sempre fica em evidência em cada ano letivo é a de 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

(c) Somente o Dia da Consciência Negra, que é lembrado de forma muito vaga, muitas vezes, individualmente em sala de aula, e com mais frequência na disciplina de história. quando fazemos projetos, quando a temática racial é abordada, ocorre mesmo em época diferente do dia 20 de novembro (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

(a) O calendário escolar incorpora o dia 13 de maio e o dia 20 de novembro (ARTES).

(b) Sim. Temos as culminâncias das eletivas e festa das décadas, onde cada sala é responsável por representar uma cultura diferente através da música e dança (LÍNGUA PORTUGUESA).

#### QUADRO 06

<b>6. O calendário escolar incorpora datas do calendário afro-brasileiro? Como e quais atividades?</b>		
Sim. Interpretação de leitura e textos, debates, vídeos, paródias, etc.	1	20%
Sim. Data 20 de novembro-Dia Nacional na Consciência Negra com o desenvolvimento de projetos.	2	40%
Sim. Diversas atividades para os dias 13 de maio e 20 de novembro.	1	20%
Sim. Músicas e danças representando diversas culturas.	1	20%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Em relação à pergunta 06, os entrevistados foram unânimes nas respostas “Sim” com 100%, sendo as atividades diversas desde projetos e datas festivas, entre outras, deixando evidente que as escolas pesquisadas priorizam atividades relacionadas à cultura Afro-Brasileira. Conclui-se, portanto, que as escolas dos entrevistados possuem no calendário escolar datas festivas de grande importância, merecendo ênfase as dos dias 20 de novembro (Dia Nacional na Consciência Negra) e 13 de maio (Dia Nacional de Luta contra o Racismo).

Tais movimentos ainda são oriundos do que abordou Domingues (2007), segundo o qual essas “obrigações” servem essencialmente como mecanismo de conscientização e mobilização raciais, por isso são comemoradas pelas escolas como forma de compensação por toda a violência já sofrida pela população negra brasileira.

**7. Você tem conhecimento de casos de racismo e de desrespeito ao pertencimento étnico-racial de negros nessa escola quer seja da parte dos alunos, docentes, funcionários, coordenação pedagógica e gestão? Quais? Se sim, que providências foram tomadas? Houve consulta a algum setor da secretaria, movimento negro, conselho tutelar ou algum outro órgão? A situação foi resolvida?**

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

(a) Não! (HISTÓRIA).

(b) Nunca presenciei ou soube sobre casos de racismo e desrespeito na escola (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

(c) Racismo escancarado nunca vi. No entanto, há o racismo velado, as chacotas, zombarias e escárnio com quem é negro e deseja assumir-se como tal, usando seus turbantes e adereços que representam a cultura negra. Os alunos são bem orientados acerca do bullying na escola e suas consequências, mas mesmo assim não temos controle sobre todas as situações. Os problemas que chegam à escola são enfrentados, tomando as devidas providências, chamando os alunos, promovendo contato com os pais, realizando palestras e deixando claras as implicações dessa conduta (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

(a) Nunca aconteceu na escola, pois em suas aulas não dá espaço para isso (ARTES).

(b) Não. Em sala. Falo por mim, não tolero nenhum tipo de preconceito (LÍNGUA PORTUGUESA).

#### QUADRO 07

<b>7. Você tem conhecimento de casos de racismo e de desrespeito em sua escola?</b>		
Não.	5	100%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Na pergunta 07, os entrevistados foram unânimes nas respostas “Não” (100%). Conclui-se, portanto, que os entrevistados nunca tiveram conhecimento de casos de racismo e de desrespeito ao pertencimento étnico-racial de negros em suas escolas, seja por parte dos alunos, seja pelos docentes, funcionários, coordenação pedagógica e da gestão.

Tal resposta é animadora, pois aparenta que situações de preconceito e discriminação de ordem étnico-racial já são reprimidas com mais ênfase em algumas realidades, muito embora se reconheça que é um problema ainda longe de ser solucionado. Felizmente, muitos cidadãos têm tido uma postura de enfrentamento a esses casos e o discurso tem sido de combate a toda forma de intolerância na sociedade contemporânea. Espera-se, assim, que o

respeito seja crescente a cada dia mais, dentro e fora dos espaços escolares, indo ao encontro do que fora abordado por Domingues (2007) quando fala do caráter interventivo dessas iniciativas.

**8. Você participa ou já participou dos Fóruns Regionais, Estaduais ou Municipais de implementação da Lei promovidos pela SECAD e pela secretaria à qual está vinculada? Se sim, avalie. Se não, diga o porquê.**

ESCOLA FLODOARDO CABRAL: PROFESSOR(A)

- (a) Não! (HISTÓRIA).
- (b) Não, pois ainda não tive a oportunidade de participar (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).
- (c) Nunca participei e nem sabia que existia. Tenho muito interesse em participar desses eventos (LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA).

ESCOLA CRAVEIRO COSTA: PROFESSOR(A)

- (a) Nunca participei, pois não foi disponibilizada formação nesse sentido (ARTES).
- (b) Não! Nem sabia que existiam esses fóruns (LÍNGUA PORTUGUESA).

**QUADRO 08**

<b>8. Você participa ou já participou dos Fóruns de implementação da Lei 10.639/03 e das suas diretrizes?</b>		
Não.	5	100%
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborado pela autora (2021)

Conforme observado acima, na pergunta 8 os entrevistados foram unânimes nas respostas “Não” (100%). Logo, percebeu-se que os entrevistados nunca tiveram oportunidade de participar de fóruns sobre a implementação da Lei promovidos pelo município, estado ou até mesmo nas regionais.

Nesse sentido, supõe-se uma fragilidade do Estado, que não tem priorizado os espaços de discussão tão necessários na atualidade, não ouvindo como deveria os profissionais da educação a respeito da implementação de leis e diretrizes que alteram as formas de trabalhar nas escolas públicas brasileiras, a exemplo da lei 10.639/03.

**COORDENADOR(A) PEDAGÓGICO(A)**



**1) Como e quando você tomou conhecimento da Lei 10.639/03 e das suas diretrizes? Você, pessoalmente, já realizou trabalhos pedagógicos ligados a essa temática? Quando? Quais?**

(a) Conheci a referida lei por volta de 2008, pois a mesma fazia parte da grade curricular da faculdade. Dentro dela coube a substituição a lei de 1996. Em todas as escolas que trabalhei são desenvolvidos projetos voltados a esta temática, especificamente na Flodoardo existe um projeto fixo há cerca de 8 anos chamado de **“PROJETO DIVERSIDADE”** (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) A tomada de ciência da Lei 10.639/03 se deu em concursos públicos na área da educação no ano de 2009. Dessa forma, tenho conhecimento que a referida lei regulamenta a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e as relações étnico-raciais. No tocante aos trabalhos desenvolvidos, já desenvolvi diversos projetos nos anos de 2012, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019 referentes as diversidades culturais, a pluralidade cultural e respeito as diferentes matrizes que contribuíram para formação da nossa identidade brasileira (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, conclui-se que existe um lapso de tempo considerável entre a existência da Lei e o seu efetivo conhecimento por parte dos profissionais coordenadores pedagógicos das escolas pesquisadas. Ainda, 100% deles participam e/ou desenvolveram projetos sobre a temática nas escolas que trabalham como coordenadores pedagógicos, deixando evidente que há um esforço considerável para incluir nas práticas pedagógicas dos professores conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira.

Gonçalves (2013) fala da importância de conhecimento do conteúdo da Lei, tendo em vista a necessidade de um resgate da história brasileira para reconsiderar a construção da identidade nacional. Se os profissionais responsáveis pelo ensino não souberem e aplicarem aquilo que manda a lei, cada dia mais fica difícil uma política de valorização e respeito étnico-racial.

**2) Você tem conhecimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003, lançado pelo MEC no dia 13 de maio de 2009? Se sim, qual é a sua opinião sobre o mesmo?**

(a) Tenho conhecimento do Plano Nacional sim. Acho válida, pois trabalha uma reflexão bem ampla que vai da importância do real significado da palavra escravo até a autoidentificação cultural afro (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Sim. O plano busca incluir o estudo da História da África e dos Africanos, ressaltando a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o papel do negro na formação da nossa identidade cultural, enaltecendo a contribuição do povo negro nas diferentes esferas e áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, 100% disseram que têm conhecimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E que tal Plano confirma a importância da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, para que os alunos conheçam a luta dos negros no Brasil, sendo que estes tiveram grande relevância no desenvolvimento cultural, social, na economia e na política do Brasil.

Essa perspectiva é muito positiva, conforme Gomes (2010), tendo em vista a decolonização do currículo brasileiro, que inclui o que antes era excluído e centraliza discussões de grande importância para a ressignificação dos aspectos socioculturais brasileiros.

**3) Você possui formação para o trabalho com a temática das relações étnico-raciais (graduação, atualização, extensão, especialização, mestrado, doutorado, formação política no movimento negro)? Se sim, diga onde, quando e qual é a sua opinião sobre a relação entre essa formação e a sua prática pedagógica. Se não, como você avalia a ausência dessa formação.**

(a) Em um dos cursos de especialização que fiz esse tema foi trabalhado com afinco, mas, além disso quase que anualmente a SEE/AC/CZS está promovendo formações continuadas para os docentes em todas as áreas, inclusive humanas, abrangendo tal temática (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Sim. No que diz respeito à formação na temática das relações étnico-raciais, realizei no ano de 2017 uma formação com a equipe da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, com a formadora Almerinda, a qual traz uma visão rica de sentidos e significados sobre exequibilidade e trabalho contínuo da temática na práxis pedagógica de uma forma mais ampla, tocante e sensível (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Analisando as respostas dos entrevistados, viu-se que ambos disseram possuir formação para o trabalho com a temática das relações étnico-raciais, as quais são promovidas pelas Secretarias de Educação Municipal e Estadual em Formações Continuadas para os docentes em todas as áreas.

Os coordenadores pedagógicos entrevistados evidenciam certo preparo em relação às formações oferecidas, graças ao empenho das Secretarias Municipal e Estadual de educação em oportunizar tais estudos. No entanto, pela fala dos participantes foi possível perceber que estas formações ainda são esparsas, não muito frequentes ou comuns no meio docente, o que sugere necessidade de mais preparo e discussão sobre essas questões, tal como já mencionava anteriormente Silva (2006).

**4) O calendário escolar incorpora datas do calendário afro-brasileiro (21 de março – Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação; 25 de maio – Dia da Libertação da África; 13 de maio – Dia Nacional de Luta contra o Racismo; 25 de julho – Dia da Mulher Negra Latino-Americana e do Caribe; 28 de setembro – Lei do Ventre Livre; 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra)? Como? Quais atividades são desenvolvidas?**

(a) Sim. Como citado anteriormente a escola tem um projeto fixo (Projeto Diversidade) o mesmo é dividido em duas partes, a primeira no dia 1º de abril com atividades alusivas ao dia do índio e a segunda no dia 20 de novembro referente ao dia Nacional da Consciência Negra (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Sim. Geralmente o calendário anual contempla o dia 13 de maio e o dia 20 de novembro com a realização de projetos educativos, no que diz respeito às culturas negras, que ajudaram como a constituição da nossa identidade cultural (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, as suas escolas priorizam em seu calendário escolar datas festivas do calendário Afro-Brasileiro, como 13 de maio – Dia Nacional de Luta contra o Racismo e 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. Além disso, uma das escolas também comemora antecipadamente, no dia 1º de abril, o dia do índio. É óbvio que seria necessária mais ênfase nessas datas, a fim de que os estudantes destas instituições tivessem mais contato com momento de valorização à Cultura e História Afro-Brasileira, não apenas em dois ou três momentos ao longo de todo um ano letivo, mas que tais comemorações se deem de forma mais frequente.

Essa priorização é defendida com veemência por Souza e Fleuri (2003), segundo os quais priorizar as questões étnico-raciais permite que os alunos e alunas façam reflexões mais profundas sobre sua história, sua cultura, suas identidades e suas experiências cotidianas.

**5) Você avalia que o trabalho realizado com a Lei 10.639/03 nessa escola tem possibilitado mudanças nos comportamentos de alunos e professores diante das relações raciais? Exemplifique.**

(a) Com certeza. Graças a Deus temos um ambiente saudável de aprendizado e quase nunca nos deparamos com essas situações de preconceito, mas, nem por isso deixamos de trabalhar a conscientização do respeito e valorização do ser humano (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Sim. Observamos uma mudança de postura, de ampliação de horizontes, de visão e olhares acerca da temática, principalmente no tocante ao mosaico constituinte da cultura brasileira, o que possibilita a riqueza da diversidade cultural e suas contribuições nesse processo

formativo, seja na área social, econômica, política ou étnico-racial (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, ambos disseram que a Lei 10.639/03 trouxe mudanças nos comportamentos de alunos e professores em suas escolas diante das relações raciais. Além disso, afirmam que se abriu um leque, tanto para os alunos quanto para os professores, acerca da visão e olhares sobre as questões da diversidade cultural, combatendo, assim, preconceitos e discriminações, e que estas culturas contribuem no processo formativo do Brasil.

A partir da fala dos participantes, percebe-se uma preocupação em tornar constante o trabalho com a cultura Afro-Brasileira na escola, com o intuito de mitigar ocorrências de preconceitos e discriminação. Tal atitude é importante para o contexto educacional contemporâneo, por reverter aspectos etnocêntricos tão defendidos ao longo de anos no Brasil, criando uma nova atmosfera de respeito e reconhecimento da importância dos negros para a história do país.

Aqui, percebemos os frutos dos processos de intervenção a partir da Lei 10.639/03, conforme defendido por Silva (2006) e tantos outros autores. A partir do momento que se questiona o currículo de caráter monocultural já se percebe uma transformação social que muito contribui para o progresso do conhecimento e da humanidade.

#### **6) Quais são os principais avanços da coordenação pedagógica à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?**

(a) Já faz parte do currículo e os livros didáticos também já são adaptados. A coordenação tem apenas que assegurar que os mesmos estão sendo trabalhados da melhor forma, isso ocorre no planejamento quinzenal, mensal, bimestral e anual (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Possibilitamos no planejamento um olhar mais crítico, reflexivo e ativo, na construção de ações estratégicas quanto ao trabalho com a diversidade, pluralidade e respeito às diferentes culturas (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, o coordenador pedagógico da primeira escola diz que a Lei 10.639/03 já faz parte do currículo da instituição e os livros didáticos já são adaptados, com isso, tal profissional assegura que os mesmos já estão sendo trabalhados da melhor forma. Já o segundo diz que o planejamento escolar passou a ter um olhar mais crítico, reflexivo e ativo na construção de ações estratégicas frente ao processo de implementação da Lei 10.639/03. Ambos os profissionais deixam transparecer que as questões da história e

cultura Afro-Brasileira são consideradas em todas as etapas do planejamento escolar e que estas contribuem sobremaneira para um ensino mais inclusivo e plural, desprendido de uma abordagem curricular monocultural conforme problematizado por Macedo (2009).

**7) Quais são os principais limites da coordenação pedagógica à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?**

(a) Acredito que hoje não exista tanta resistência quanto a isso, pelo contrário, em 2019 foi implementado aqui em CZS um departamento que auxilia na elaboração de projetos e atividades voltadas para essa temática o DIEDHD (Divisão de Educação em Direitos Humanos e Diversidade) (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) A mudança de paradigma se dá a partir de um trabalho constante, árduo e intenso no cotidiano escolar. Todavia, sabemos dos limites e dificuldades existentes, no que concerne a efetivação interdisciplinar no currículo escolar, na proposição de espaços duradouros de discussões, problematizações e construção de uma consciência coletiva sobre a importância da História e Cultura Africana na formação da nossa identidade cultural (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Ao analisar as respostas dos entrevistados, viu-se que a primeira escola, com o seu coordenador pedagógico, relatou que acredita não haver limites da implementação da Lei 10.639/03 na sua escola, que há um departamento para auxiliar projetos e atividades voltadas para essa temática. Já o coordenador da segunda escola diz que os limites e dificuldades existentes para a implementação da Lei referem-se à efetivação interdisciplinar do currículo escolar, poucos espaços de discussões e, também, problemas para construção de uma consciência coletiva sobre a importância dos negros para a nossa identidade cultural.

Partindo principalmente das impressões deixadas pelo participante da escola Craveiro Costa, nota-se que a implementação da referida Lei ainda enfrenta desafios e dificuldades impossíveis de ignorar. Logo, é necessário ter uma postura mais incisiva nos espaços de discussão dos aspectos levantados pela Lei, a fim de que se construa uma consciência coletiva que reconheça a importância dos negros para a construção de uma nação como a nossa e isso se dá principalmente por meio da articulação interdisciplinar no currículo das escolas públicas e privadas.

Tais impasses são previsíveis, conforme discute Gomes (2012), pelo simples fato de causar conflito e retirar muitos profissionais de suas zonas de conforto. Mesmo assim, toda a equipe escolar precisa ser incisiva na necessidade de mudança de posturas e posicionamentos políticos e ideológicos que prejudiquem uma abordagem multicultural, que respeite as diferenças de cunho étnico-racial.

**GESTOR(A)****1) A escola trabalha a cultura afro-brasileira e a africana conforme a lei 10.639/03?**

(a) Sim (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Sim, de forma interdisciplinar e principalmente nas disciplinas da área de humana (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Conforme apresentado acima, ambos responderam que as suas escolas, de modo geral, trabalham sim com a Lei 10.639/03 de forma interdisciplinar. Isso significa que ambas as instituições estão um passo à frente da implementação da referida Lei e que tal atitude certamente acarretará ganhos imensuráveis a médio e longo prazo, principalmente na aprendizagem dos seus estudantes. Nessa direção, Candau e Oliveira (2010) defendem que essa abordagem ressignifica as marcas da colonialidade ainda tão presentes nas instituições educacionais.

**2) Você tem conhecimento de casos de racismo e de desrespeito ao pertencimento étnico-racial de negros nessa escola quer seja da parte dos alunos, docentes, funcionários, coordenação pedagógica e gestão? Se sim, quais? Que providências foram tomadas? Houve consulta a algum setor da secretaria, movimento negro, conselho tutelar ou algum outro órgão? A situação foi resolvida?**

(a) Sim, alguns apelidos, que temos que resolver. Foi realizado palestras, projetos e conversas com os envolvidos e famílias (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Não. Não tenho conhecimento de fato como estes. O ensino integral tem mudado o perfil de nossa escola. Os estudantes e funcionários se veem como uma grande família. No passado já tivemos sim atos de racismo, mas nos últimos três anos, não (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, o primeiro gestor respondeu sim sobre a existência de casos de racismo e desrespeito para com os alunos negros, afirmando que foram resolvidos ou amenizados com palestras e projetos sobre a temática. Já o segundo disse que não há mais fatos como estes na escola, pois como recentemente a escola tornou-se um ensino

integral, os alunos e funcionários se veem como uma grande família respeitando uns aos outros.

Por conta dessas situações, Gomes (2005) defende que repensar o currículo, priorizando os aspectos étnico-raciais deve ser imperativo nas escolas brasileiras, pois algumas situações de discriminação e preconceito ainda são comuns, infelizmente. Por causa disso, é urgente realizar intervenções dentro e fora da sala de aula, de modo que os alunos internalizem o respeito às diferenças como princípio de vida e passem a adquirir valores humanos que levarão para a vida.

**3) Você tem conhecimento da existência de alguma Coordenação ou Núcleo da Secretaria que trabalhe especificamente a questão racial? Se sim, avalie o trabalho realizado. Se não, dê a sua opinião sobre o assunto.**

(a) Não (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Não. Creio que nem exista (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, ambos responderam que não têm conhecimento da existência de alguma Coordenação ou Núcleo da Secretaria que trabalhe especificamente a questão racial, o que coloca em evidência uma falha do órgão máximo da educação estadual, que deveria ter uma coordenação específica para tratar a temática abordada neste estudo e divulgá-la amplamente a todos os profissionais da educação.

Essa falha reflete que as instituições ainda não priorizam como deveriam as questões étnico-raciais, escancarando o atraso que o país ainda vive em comparação com outras nações. Por mais que as leis existam, elas ainda não contam com o arcabouço necessário para sua efetivação. Infelizmente, conforme preceitua Alencar (2015) ainda vivemos rodeados por comportamentos etnocêntricos que precisam ser derrubados imediatamente.

**4) A secretaria à qual esta escola está vinculada tem conhecimento, promove, divulga e/ou participa de Fóruns, Encontros Regionais, Estaduais ou municipais que discutam a implementação da Lei 10.639/03?**

(a) Sim (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Sim. Algumas vezes fomos convidados para participar de atividades relacionadas a esta Lei (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, ambos responderam que sim, que as Secretarias das escolas estão vinculadas a Fóruns e Encontros que discutam a implementação da Lei 10.639/03. Tal fato indica um ponto muito positivo para uma efetiva implementação da Lei que ora discutimos, pois o órgão responsável pelo sistema de ensino no Estado tem dado a devida importância para os aspectos Afro-Brasileiros e ampliado os espaços de discussão que versem sobre essa temática.

Osório (2003) defende a abordagem de desconstruir noções e concepções apreendidas durante a vida nas práticas sociais em ambientes diversos, e graças aos múltiplos esforços, as instituições já conseguem se adequar a novas realidades emergentes, a exemplo do que foi exposto acima.

**5) Quais são os principais avanços da gestão da escola à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?**

(a) Os projetos desenvolvidos com a participação de todos (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) Na escola, diversos são os avanços, pois a mesma registrou em seu PPP e implementa através de projetos interdisciplinares ações para difundir a lei, como por exemplo: palestras, visitas, concursos, culinária e outros (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, o primeiro gestor respondeu projetos com a participação de todos. Já o segundo também respondeu que os avanços da gestão da escola à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03 são os diversos projetos que envolvem tanto a escola como a comunidade, principalmente por meio da reformulação do PPP priorizando as questões Afro-Brasileiras. Cunha (2004) discute a necessidade de reformulação contínua na prática pedagógica, o que é perfeitamente aplicável aqui. É muito bom que as equipes gestoras se sensibilizam para essas questões étnico-raciais e priorizam em suas discussões e formulações dos documentos que norteiam o processo de ensino-aprendizagem das instituições.

**6) Quais são os principais limites da gestão da escola à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?**

(a) Carga horária, parcerias com outros órgãos, e resistências de algumas famílias (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).



(b) Os principais limites ainda são em relação de como fazer a implementação, ou seja, diversos são os afazeres de todos da comunidade escolar, daí, vezes, deixamos de fazer ainda mais para que esta Lei seja verdadeiramente implementada (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Frente às respostas dos entrevistados, o primeiro gestor respondeu que os limites da gestão da escola à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03 são a carga horária, parcerias com outros órgãos e a resistências de algumas famílias. Já o segundo respondeu que os limites é a própria implementação da Lei na escola, por causa dos diversos afazeres que envolvem a comunidade escolar. As respostas mostram os problemas enfrentados e as dificuldades de superá-los para a correta e efetiva implementação da Lei 10.639/03. Logo, estes desafios devem ser superados a partir da interlocução entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Os desafios são vários e constantes, mas nada deve sucumbir a vontade de mudança na atitude dos alunos e profissionais das escolas (GOMES, 2012).

#### **7) Como o MEC acompanha a inserção do conteúdo da Lei nº 10.639 no currículo desta escola?**

(a) Através da inserção dos conteúdos na BNCC, e na grade curricular (ESCOLA FLODOARDO CABRAL).

(b) O gestor não respondeu esta questão (ESCOLA CRAVEIRO COSTA).

Analisando as respostas dos entrevistados, o primeiro gestor respondeu que o MEC acompanha a inserção dos conteúdos priorizados na Lei 10.639/03 através da inserção dos conteúdos na BNCC (BRASIL, 2017) e na grade curricular. Já o segundo esqueceu de responder esta questão.

Enfim, a partir da análise das respostas apresentadas, é possível compreender os avanços e desafios da implementação da Lei 10.639/03 nas duas escolas pesquisadas, a partir de três visões diferentes: docentes, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. Essa visão tríplex é indispensável para compreendermos o problema apresentado de forma efetiva e levantar hipóteses que contribuam para adquirir um entendimento suficiente acerca do panorama que se pretendeu apresentar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito desta discussão, tomou-se como objetivo principal nessa pesquisa analisar as relações étnico-raciais nos currículos escolares das duas escolas pesquisadas urbanas no município de Cruzeiro do Sul – AC. A partir da Lei 10.639/03, por meio da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Flodoardo Cabral, pôde-se verificar que a instituição se preocupa em cumprir as determinações da Lei, observando o tratamento dado à temática negra, afro-brasileira e indígena no tocante à valorização da cultura e do respeito à diversidade étnica, de modo que as atividades desenvolvidas no exercício do currículo de História sejam pautadas pela ressignificação do papel do negro e do índio, como parte formadora integrante do brasileiro. Já a Escola Craveiro Costa, no seu PPP, adota em suas práticas pedagógicas a metodologia dos projetos disciplinares, que fazem parte do currículo educacional como o Projeto Cultural Pedagógico Consciência Negra, que é realizado no mês de novembro, ocasião em que os membros da comunidade idealizam, planejam e executam atividades como: teatros, danças, músicas, paródias, desfiles, textos literários, gincanas e outros, relacionados a esta temática. Além disso, no Currículo Único de Referência do Acre, nas disciplinas de Artes, História e Língua Portuguesas, é possível encontrar projetos que fazem uma completa abordagem sobre a cultura africana e afro-brasileira.

Diante dos resultados das entrevistas com os profissionais das escolas, vemos a Lei 10.639/03 como uma política curricular que visa o reconhecimento da história e cultura dos africanos e dos afro-brasileiros na constituição da nação brasileira, e isso deve ser feito por todos os brasileiros, para o reconhecimento da diversidade brasileira, bem como o conhecimento e a valorização das diferentes raízes que formam a cultura e história brasileira.

Diante desse contexto, dos diálogos e resultados que a pesquisa nos trouxe, acreditamos que as escolas e seus profissionais não precisam de novos conteúdos, mas de novas posturas diante da nossa sociedade que ainda é excludente e preconceituosa, ou seja, as escolas precisam assumir de fato a lei como uma política educacional.

É preciso que os profissionais que lidam com educação estejam preparados para desconstruir todo e qualquer tipo de reprodução de racismo e preconceitos dentro das salas de aulas. Portanto, espera-se com essa pesquisa que a consciência de valorização do ser humano ultrapasse as fronteiras da violência, do preconceito e do racismo.

Para isso, é fundamental que existam programas de formação continuada, oferecidos pelas secretarias estaduais e municipais de educação, que considerem o estudo da lei. Somente por meio de uma boa formação continuada será possível efetivar a presença da lei nas nossas

salas de aula, sendo ensinada na prática pedagógica para os alunos atendidos. Enquanto isso não for uma realidade presente, persistirão situações de preconceito e discriminação com as afro-brasilidades existentes em nossas escolas.

Outro ponto fulcral, ainda nessa direção, é que as escolas não sejam reducionistas na aplicabilidade da Lei 10.639/03, mas que rompam os muros das escolas com as atividades desenvolvidas a partir da temática em pauta. Logo, espera-se que as atividades ganhem um verdadeiro sentido na vida de alunos e alunas da educação básica, sendo efetivamente vivenciados na vida em comunidade. Não cabe mais, somente, desenvolver atividades em forma de projetos que facilmente são esquecidos; ao contrário, espera-se que a lei seja trabalhada no currículo de modo que se torne conhecimento para a vida toda.

Para a realização deste intento, as secretarias estaduais e municipais de educação, por meio de seus núcleos, devem acompanhar de perto o trabalho com a Lei 10.639/03 aplicada ao currículo trabalhado nas escolas, oferecendo subsídios suficientes para que os docentes consigam aplicar suas sequências didáticas produzidas com o objetivo de promover a valorização à diversidade étnico-racial, tão rica no nosso país. Sabemos do tamanho do desafio, tendo em vista a situação da educação pública hodiernamente. Todavia, com a união de esforços é possível dar muito mais ênfase à pauta étnico-racial nas escolas, de modo transversal e multidisciplinar, conforme se evidenciou ao longo deste trabalho.

Outro ponto que merece destaque, também, é a necessidade de um olhar mais apurado e crítico para a concretude das discussões empreendidas acerca da lei, bem como o alinhamento institucional entre o que se discute e o que se pratica no interior das escolas. Por mais que seja difícil admitir, acreditamos que ainda existem muitas ocorrências de discriminação étnico-racial no interior das muitas instituições espalhadas pelo país. Logo, é inadmissível a normalização de tipos – velados ou não – de discriminação desta natureza, devendo esta ser severamente punida e reprovada por todos que estão inseridos naquele contexto.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R. de **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCAR, M. G. de. **A Lei 10.639/03 e o ensino de Sociologia**: possibilidades e impossibilidades de desenvolvimento das muitas mudanças das relações raciais no Brasil. 301f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2015.
- ALENCASTRO, Felipe. África, números do tráfico atlântico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 60.
- ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **SciELO**, v. 28, n.1, p.82, jan./abr. 2017.
- ALMEIDA, N. F. P. de; et al. Formação docente e a temática étnico-racial na Revista Brasileira de Educação da ANPED (1995-2015). **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.
- ALVES, I. A. **Educação infantil e relações étnicas e raciais**: pele negra e cabelo crespo nas escolas públicas e sua tradução nos trabalhos acadêmicos. Dissertação de mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2017.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARAÚJO, C. P.; et al. **Movimento negro: movimento negro no Brasil**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Técnico Integrado em Agropecuária, Manaus/AM, 2017.
- BEDIN, G. A. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. 14. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 10 de jun. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acessado em 10 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 março, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.654 de 15 de abril de 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11654.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11654.htm). Acessado em 10 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. SEPPIR. SECAD. INEP. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. Resolução n. 01, de 17 de junho de 2004. **Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Diário Oficial do Brasil, Brasília, DF, 1 jun. 2004b.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. 2007.

CANDAU, V.; OLIVEIRA, L. F. de. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p.15-40, abr. 2010.

CARVALHO, L. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** (2017). Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm> Acesso em: 10 de jun. 2019.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Contexto, São Paulo, 2007.

COSTA, M. V. Currículo e política cultural. In: COSTA, Maria Vorraber (org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo.** 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA, M. I. da. Diferentes Olhares Sobre as Práticas Pedagógicas no Ensino Superior: à docência e sua formação. **Educação.** Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 3 (54), p. 525 – 536, set./dez., 2004.

DAL MORO, R. de F.; JIMENEZ, M. de O. O Papel do Pedagogo e as Relações Étnico-Raciais no Contexto Educacional do Colégio Estadual Ipê Roxo/Foz do Iguaçu. **Revista Unila Extensão E Cidadania**, n. 1, 2017.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **SciELO**, v.12, 23, abr., 2007.

ESPIN, L. A. **A importância de trabalhar as questões raciais na Educação Infantil.** Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2016. Disponível

em: <https://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/11178/a-importancia-de-trabalhar-as-questoes-raciais-na-ed-infantil> Acesso em: 23 de jul. 2019.

ESPIN, L. A. **A importância de trabalhar as questões raciais na ED. Infantil.** (2016) Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/11178/a-importancia-de-trabalhar-as-questoes-raciais-na-ed-infantil> Acesso em: 01 de julho de 2019.

GAY, A.; QUINTANS, M. T. D. **Movimento Negro e a Luta por Direitos:** a participação na ANC e as conquistas na constituição Federal Brasileira. (2016). Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7d7733c8d01b7352> Acesso em: 10 de jun. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade:** o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2001.

GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: GOMES, N. L. **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, N. L. Descolonizar os currículos: um desafio para as pesquisas que articulem a diversidade étnico-racial e a formação de professores. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 14, 2008, Porto Alegre. **Anais do XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino,** Porto Alegre, 2008.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. **Currículo sem Fronteiras,** v.12, n.1, pp. 98-109, jan./abr., 2012.

GOMES, N. L.; *et al.* Pesquisa: formando professores(as) da educação básica para a diversidade. In: GOMES, N. L.; *et al.*, **Identidade e corporeidades** – reflexões sobre uma experiência de formação de professores(as) para a diversidade étnico-racial. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 95-273.

GONÇALVES, L. R. D. Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. **Revista Educação e Políticas em Debate,** v. 2, n. 1, jan./jul. 2013.

GOODSON, I. **Currículo:** teoria e história. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2012.

GUSMÃO, N. M. M. de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. de. (Org.). **Diversidade, cultura e educação:** olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

HORNBURG, N.; SILVA, R. da. **Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança**, v. 3, n. 10, jan.-jun./2007.

JENSEN, J. S. Social facts, metaphysics and rationality in the human sciences. In: Jensen, J.S. and Martin, L.H. (eds), **Rationality and the Study of Religion**. Routledge, London, pp. 117-35, 2003a.

KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, S. Diversidade cultural na formação do Pedagogo. **VIDYA**, v. 30, n. 1, p. 25-41, jan./jun., 2010 - Santa Maria, 2010.

LIMA, J. A. S. **A Origem da Discriminação Racial até a Contemporaneidade**. V Congresso Internacional de História. Anais. UFG – Regional Jataí/GO, 27 a 29 de setembro, 2016. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1471205771\\_ARQUIVO\\_CAPITULO\\_PARA\\_CONGRESSO.pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1471205771_ARQUIVO_CAPITULO_PARA_CONGRESSO.pdf) Acesso em: 10 de jun. 2019.

LOPES, A. **Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos**. São Carlos: UFSCar, CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas. Mestrado. 2005, 176 p.

MACEDO, R. S. **Currículo: Campo, conceito, pesquisa**. 3 ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Por uma escola para todos**. (2013). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.13.htm> Acesso em: 23 de jul. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 3. reimp. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2006, vol.11, n.33, p. 387-405.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2013.

NÓVOA, A. **A formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Profissão Docente**. Lisboa: Dom Quixote, pp.13-33,1992.

OLIVEIRA, L. F. de. LIMA, F. F. de. O Novo PNE e a Educação para as Relações Étnico-raciais: urgências para o currículo de formação inicial docente. **In: 37 Reunião Nacional da ANPED-04-08** de outubro de 2015, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.

OSORIO, A. M. N. (Org). **Trabalho docente: os professores e sua formação**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

PEREIRA, A. C. **Associativismo negro na Primeira República: o Grêmio Dramático Recreativo e Literário Elite da Liberdade**. Anais eletrônico. V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, Aracajú/SE, 24 A 27 de outubro de 2016.

PEREIRA, N. D. **A trajetória histórica dos negros brasileiros: da escravidão a aplicação da lei 10639 no espaço escolar**. Especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, 1ª ed., 106 p.

PEREIRA, P. de A. Educação das relações étnico-raciais na escola. **Cadernos do CEOM**, v. 23, n. 32, 2010.

PERRENOUD, P. Formar professores em contextos sociais em mudança. Prática reflexiva e participação crítica. **Revista Brasileira de Educação**, 1999.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR. Universidade Feevale, Rio Grande do Sul, 2013.

QUIJANO, A. A América Latina Sobreviverá? **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.2, 1993, pp. 60-66.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Colección Sur, 2005a, pp. 118-142.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estud. Av.** São Paulo, v.19, n.55, 2005b, pp. 9-31.

RANIERI, N. B. S.; ALVES, A. L. A. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direto à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018. 520 p.

REGNER, A. C. K. P. "Adeus à razão" ou construção de uma "nova racionalidade"? - **O conhecimento científico entre Feyerabend e Lakatos**. XXI Encontro Anual da ANPOCS, 21 A 25 de outubro de 1997, Caxambu/MG.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.



ROCHA, R. M. de C.; TRINDADE, A. L. Ensino Fundamental. In: BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

RUBENICH, L.C.C.F. **Os Negros no Brasil: uma história de construção da cidadania**. Graduação no curso de História – Licenciatura Plena. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Santa Maria, 2016.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G. Os professores como Planejadores. IN: SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pérez A.I. **Compreender e transformar o ensino**. 4ª ed. São Paulo: Artmed, 1998.

SANTANTA, J. V. J. de. SANTANA, M. de. MOREIRA, M. A. Currículo, diversidade étnico-racial e interculturalidade: algumas proposições. Educação, Gestão e Sociedade. **Revista da Faculdade Eça de Queiros**, ano 2, número 6, junho de 2012.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T.(org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS FILHO, J. C. dos. **Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático**, 2000, p. 13-59.

SANTOS, A. de F. T.. Cultura e educação a serviço da transformação social. In MAGALDI, A. M.; ALVES, C.; GONDRA, J. G. (Orgs.), **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2001.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010. 59p.

SANTOS, D. J. da S. et al. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Dental Press J. Orthod. 2010.

SANTOS, M. de F. **A discriminação racial e seus reflexos no processo de ensino e aprendizagem**. (2017). Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-discriminacao-racial-seus-reflexos-no-processo-ensino.htm> Acesso em: 10 de jun. 2019.

SANTOS, M. F. O. **As relações de poder na interação professor/alunos, em um contexto universitário** – uma amostragem. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Lagoas, Sala de Aula de Língua, n. 21, p. 173-192, jan./jun., 1998.

SANTOS, M. P. dos. O quilombo e o campo têm negros. Presença/ausência do negro no currículo da educação do campo e quilombola. **III Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de**

**Questões Curriculares Educação, Formação e Crioulidade.** UniCV – Cidade de Praia, Cabo Verde, 6 e 7 de junho de 2017.

SAVELI, E. de L.; TENREIRO, M. O. V. A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 51-57, maio./ago., 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. R. de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa:** guia prático. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004.

SILVA, G. F. da. Cultura(s), currículo e diversidade: por uma proposição intercultural. **Revista Contrapontos**, v. 6, n. 1, p. 137-148, Itajaí, jan/abr, 2006.

SILVA, JÚNIOR, H.; BENTO, M. A. S.; CARVALHO, S. P. de. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT: Instituto Ativa Lá – Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em: [https://issuu.com/ongavante/docs/revistadeeducacaoinfantil\\_2012](https://issuu.com/ongavante/docs/revistadeeducacaoinfantil_2012) Acesso em: 23 de jul. 2019.

SILVA, T. T. da. Apresentação, In: GOODSON, I. **Currículo:** teoria e história. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2012.

SILVA, T. T. da. **Currículo e Identidade Social:** Territórios contestados. In: SILVA, T.T. (org). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, T. T. da. Apresentação. In: GOODSON, Ivo F. **Currículo:** teoria e história. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, W. S.; MARQUES, E. P. S. Educação e relações étnico-raciais: a Lei 10.639/03, a formação docente e o espaço escolar. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 47-56, jul./dez., 2015.

SILVA, Daniel Neves. "**Escravidão no Brasil**"; *Brasil Escola*. (2017). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

SOUZA, M. I. P. de; FLEURI, R. M. Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.) **Educação intercultural:** mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, P. A. de. Avanços da educação brasileira garantidos pela Constituição Federal de 1934. **Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**, Universidade Estadual de Maringá – 18 a 20 de maio de 2016.

STAUSBERG, M.; ENGLER, S. (orgs). **The Routledge Handbook of Research Methods in the Study of Religion**. Londres: Routledge, Tradução do Capítulo 1.3, pp.40-53, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravidão indígena e o início da escravidão africana**. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 219.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2012.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educação em Revista**, n.10, Curitiba, jan./Dec, 1994.

TRINDADE, R. C. da. **Quatro mulheres negras em cursos de graduação da Universidade Federal de São João Del-Rei**. Dissertação de Mestrado em Educação. Departamento de Ciências da Educação – Universidade Federal de São João Del-Rei, 2015.

WEDDERBURN, C. M; **O racismo através dos tempos**: da antiguidade a modernidade. São Paulo; 2007.

## ANEXOS

## ANEXO I – PLANO DE REDESENHO CURRICULAR – ESCOLA FLODOARDO CABRAL

## PLANO DE REDESENHO CURRICULAR:

No Plano de Redesenho Curricular da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Flodoardo Cabral, é trabalhada as relações étnico-raciais da seguinte forma:

CAMPOS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR	AÇÕES	DETALHAMENTO DA AÇÃO	ANO/SÉRIE	COMPONENTES CURRICULARES ENVOLVIDOS
<b>PRODUÇÃO E FRUIÇÃO DAS ARTES</b>	Planejar e executar atividades sobre Cultura Afro-brasileira, em diferentes linguagens artísticas, para a valorização da diversidade cultural e o combate ao preconceito e discriminação racial.	Realizar atividades de pesquisa e estudo das diferentes formas de expressão corporal, artística e musical e seus significados, para construção de conhecimentos sobre os “Povos africanos”, objetivando ampliação do universo cultural e a valorização do negro. Realizar com a produção dos estudos, pesquisas e atividades culturais uma gincana.	1º	HISTÓRIA GEOGRAFIA ARTES EDUCAÇÃO FÍSICA
	Desenvolver atividades criativas e de produção nas quatro linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro, para análise das semelhanças e	Realizar pesquisa e síntese sobre “Diferentes formas de escravidão: da Antiguidade à Modernidade”, para a produção de atividades criativas nas quatro áreas das linguagens	2º	HISTÓRIA GEOGRAFIA ARTES EDUCAÇÃO FÍSICA

	<p>diferenças entre as formas de trabalho escravo em cada época e as condições degradantes dessa condição como ofensiva aos direitos humanos.</p>	<p>artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. A atividade deverá ser desenvolvida nas áreas do currículo de Educação Física e Arte, dialogando com as habilidades e competências das Orientações Curriculares de História e geografia. Realizar com a produção dos estudos e pesquisa uma gincana.</p>		
	<p>Promover uma gincana cultural para comemoração do Dia da Consciência Negra, para a formação de consciência crítica quanto às políticas públicas, legislação e atos violentos contra a população afrodescendente.</p>	<p>Organizar um projeto sobre “práticas de combate ao preconceito racial”, desenvolvendo atividades de pesquisa e estudo, análise de dados e informações, e de expressão corporal, artística e musical. A atividade deverá ser desenvolvida nas áreas do currículo de Educação Física e Arte, dialogando com as habilidades e competências das Orientações Curriculares de História e Geografia. Realizar com a produção dos estudos e pesquisa uma gincana.</p>	3º	<p>HISTÓRIA GEOGRAFIA ARTES EDUCAÇÃO FÍSICA</p>

## **ANEXO II – PROJETOS SETORIAIS – ESCOLA FLODOARDO CABRAL**

### **PROJETO BRASIL DE TODAS AS CORES**

Neste projeto da Escola Flodorado Cabral, desenvolvido para os 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, na Área de Conhecimento Ciências Humanas e de Componentes Curriculares de História, com carga horária de 08 h/a.

#### **O projeto tem como Objetivo Geral:**

- Promover a reflexão sobre a diversidade etnicocultural para compreensão de que cada povo possui sua identidade própria, presente nas crenças, costumes, história e organização social, promovendo o respeito às diferenças e a valorização do ser humano e da identidade cultural de todos os povos, de forma que mudanças significativas na prática social sejam percebidas e seja efetivado o desenvolvimento da consciência cidadã, na medida que o aluno se percebe parte desse povo.

#### **E Objetivos Específicos:**

- Conhecer os valores e as tradições culturais indígenas, desenvolvendo atitudes de respeito, cidadania e solidariedade necessárias à preservação e continuidade.
- Redescobrir a cultura negra, valorizando as tradições da cultura negra esquecidas pelo tempo.
- Identificar tempo e espaço da origem dos grupos africanos que vieram para o Brasil e dos povos indígenas que ocuparam o território brasileiro.
- Perceber os diferentes tipos de religiões, costumes e línguas de povos indígenas e africanos.
- Despertar para a africanidade brasileira em manifestações na arte, esportes, culinária, língua, religião, como elementos de formação da cidadania.
- Desmistificar o preconceito relativo aos costumes religiosos provindos da cultura africana.
- Comparar o relacionamento entre africanos na era pré-colonial, no período de dominação europeia e na atualidade.
- Discutir e conhecer as personalidades negras que deixaram ou estão deixando sua contribuição nos diversos setores da sociedade, como expressões culturais, desportivas, artísticas, políticas, musicais, religiosas.
- Desenvolver atividades com diferentes fontes de informações em livros, jornais, revistas, filmes, fotos, visitas, passeios e confrontar dados e abordagens.

- Trabalhar com documentos variados, mapas, instrumentos de trabalho, rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes.
- Incentivar a leitura e a pesquisa de assuntos relacionados ao tema do projeto.

As atividades do Projeto são distribuídas por semestre e apresentadas à Comunidade Escolar, sendo uma etapa no mês de abril, quando da comemoração da Semana dos Povos Indígenas, alusiva às festividades do dia do Índio, 19 de abril; e uma segunda etapa, no mês de novembro, quando da comemoração do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

Nele é dada ênfase às Histórias Indígena e Africana no currículo escolar, pois é uma das lacunas de grande relevância nos sistemas educacionais brasileiros.

Destaca-se neste projeto que o currículo do Ensino Médio ainda coloca as apresentações dos continentes e das diversas culturas a nível mundial em desigualdade de informação, priorizando e supervalorizando os conteúdos referentes à sociedade europeia. Dessa forma, a redução nos currículos de conteúdos referentes às Histórias Indígena e Africana, sua cultura e valorização, induz a ideia de que ela não existe, de que não faz parte do conhecimento a ser transmitido.

Assim, através deste Projeto, visamos um estudo mais aprofundado da História e da Cultura dos Povos Indígenas, Afro-Brasileira e Africana, destacando a grande importância destes conhecimentos para valorização do índio e do negro, rompendo as barreiras do preconceito, discriminação e racismo, criando espaços com manifestações artísticas e desenvolvendo atividades variadas.

Através dele busca-se promover a releitura da História do mundo africano e dos povos indígenas, bem como propõe abrir um leque de discussões em torno da diversidade cultural existente em nosso país, a fim de que essa diversidade seja respeitada e valorizada.

o Projeto busca também construir uma sociedade com consciência, igualdade e livre da discriminação e preconceito racial.

### **PROJETO EDUCAÇÃO NÃO TEM COR**

Este projeto é desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Flodoardo Cabral para os 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, na Área de Conhecimento de Ciências Humanas e Componentes Curriculares de História e Geografia, com carga horária de 08 h/a.

#### **Objetivo Geral:**

- Promover o respeito às diferenças e a valorização do ser humano e da identidade cultural dos negros e afrodescendentes, de forma que mudanças significativas na prática social sejam percebidas e seja efetivado o desenvolvimento da consciência cidadã e o combate ao preconceito racial, na medida que o aluno se percebe parte desse povo.

#### **4. 2 Objetivos Específicos:**

- Redescobrir a cultura negra, valorizando as tradições da cultura negra esquecidas pelo tempo.
- Identificar tempo e espaço da origem dos grupos africanos que vieram para o Brasil e dos povos indígenas que ocuparam o território brasileiro.
- Despertar para a africanidade brasileira em manifestações na arte, esportes, culinária, língua, religião, como elementos de formação da cidadania.
- Desmistificar o preconceito relativo aos costumes religiosos provindos da cultura africana.
- Comparar o relacionamento entre africanos na era pré-colonial, no período de dominação europeia e na atualidade.
- Discutir e conhecer as personalidades negras que deixaram ou estão deixando sua contribuição nos diversos setores da sociedade, como expressões culturais, desportivas, artísticas, políticas, musicais, religiosas.

Esse projeto é desenvolvido através das seguintes atividades:

- Evento de abertura: sessão de cinema na escola, com a exibição do filme “O Grande Desafio”, para turmas de 1º e 2º anos EM, e do filme “Em Nome da Honra”, para turmas de 3º ano EM, e posterior debate, dirigido por um professor, sobre as questões raciais levantadas pelo filme. A sessão de cinema será realizada para cada ano em horários diferentes, de forma que se preserve a concentração e o debate.
- Desenvolvimento de atividades sobre os conteúdos de cada ano referentes à proposta curricular, conforme sequência didática.
- Palestra sobre Consciência Negra, com o Prof. Dr. Alessandro Cândido, da Universidade Federal do Acre.
- Composição de painel para exposição no Dia da Consciência Negra na entrada da escola.
- Apresentação de Capoeira.



- Culminância: Gincana

São trabalhados os seguintes conteúdos:

- Início do racismo no Brasil.
- Herança cultural dos negros.
- O papel do negro na formação da nação brasileira.
- Preconceito racial e o processo de escravidão e abolição no Brasil.
- História da África.

Processos de independência na África pós- II Guerra Mundial

Neste projeto destaca-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual de discriminação racial e desigualdade entre brancos e negros, pois historicamente, o Brasil, no aspecto legal, teve uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje.

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares – situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Zumbi foi morto em 1695, na referida data, por bandeirantes liderados por Domingos Jorge Velho, comemorar esta data é debater e refletir sobre as diferenças raciais e a importância de cada um no processo de construção de nosso país, estado e comunidade.

O desafio de ensinar que também somos frutos desses elementos étnico-culturais, que contribuíram de várias maneiras para a formação da sociedade brasileira, não era tarefa fácil. Era preciso criar estratégias para o direcionamento da ação docente e que essas pudessem promover a reconstrução e a ressignificação de conceitos, contextos e métodos que auxiliassem na narrativa do professor.

## ANEXO III – RECORTE CURRICULAR – ESCOLA CRAVEIRO COSTA

### CURRÍCULO ÚNICO DE REFERÊNCIA DO ACRE

No currículo único de Referência do Acre, disponibilizado pela escola Craveiro Costa, a disciplina de artes existe um projeto que faz uma pequena abordagem sobre a cultura africana e afro-brasileira

#### COMPETÊNCIA ESPECÍFICA

Com competência para apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

#### HABILIDADE

Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica.

#### COMPONENTES

##### ARTE

#### OBJETO DE CONHECIMENTO

❖ Patrimônios artísticos e seus processos de legitimação das manifestações artísticas em Artes visuais, Dança, Música e Teatro.

#### EDUCAÇÃO FÍSICA

❖ Práticas corporais de origem afro-brasileiras, africanas e indígenas.

#### LÍNGUA ESPANHOLA

❖ Patrimônio artístico de diferentes países

#### PROPOSTA DE ATIVIDADE (COMUM À ÁREA)

- Apreciação e interesse por obras clássicas da literatura (Poema, contos, romances, etc.)
- Leitura de obras clássicas de literatura.
- Tertúlia literária.
- Rodas de conversa sobre os textos literários lidos, para socializar possíveis sentidos para um mesmo texto e para ampliar a habilidade de exposição oral da apreciação do texto.

- Atividades que oportunizem os alunos a analisarem e experimentarem as Linguagens corporais africanas, afro-brasileiras e indígenas

☐☐ Realização de conversas e aulas expositivas que apresentem como tema a valorização da visita aos acervos e veículos que documentam trabalhos artísticos em dança da sua e de outras culturas no espaço virtual.

## PLANOS DE CURSO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA ESCOLA CRAVEIRO COSTA

No Plano de Curso de História do 1º e 3º anos não se falou nada sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

No 2º ano do curso de História, o segundo bimestre engloba no seu plano de CURSO O conhecimento e a compreensão das características da História da escravidão negra e do racismo no Brasil, bem como a reflexão sobre a diversidade cultural e religiosa no Brasil, com ênfase sobre aspectos da

<b>2º BIMESTRE</b>					
<b>OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA HORA/AU LA</b>	<b>HABILIDADES ESPERADAS / CONTEÚDOS</b>	<b>PROPOSTAS DE ATIVIDADE</b>	<b>AValiação</b>	<b>RECURSOS</b>

religiosidade afro-brasileira, conforme verifica-se abaixo:

Compreender as características da História da escravidão negra e do racismo no Brasil.

Identificação das motivações políticas, econômicas e ideológicas que levaram à adoção do trabalho escravo na América Portuguesa e no Período Imperial no Brasil.

- ° Compreensão do processo de emancipação do escravo negro ao longo do século XIX, levando em consideração o movimento abolicionista, o cenário econômico externo e as formas de resistência criadas pela população negra contra a dominação das elites brancas no Brasil.
- ° Avaliação das atuais condições de vida e de trabalho do negro no Brasil, das políticas de ação afirmativa e das situações de preconceito encontradas pela população negra na sociedade atual.

Registro no caderno ou outro suporte das principais ideias estudadas em sala de aula.

- ° Leitura e debate com o professor e os colegas de documentos históricos relativos ao processo da abolição da escravidão no Brasil.
- ° Análise de trechos de filmes como *Ganga Zumba* e debate com o professor e os colegas sobre os estereótipos dos personagens.
- ° Análise de imagens que retratem o período e episódios relacionados à escravidão negra e/ou ao racismo, com discussão em grupos e registro escrito das conclusões.
- ° Pesquisa sobre a escravidão negra e formas de resistência no Brasil em livros, internet ou outro suporte e registro escrito dos resultados.

Observação e levantamento dos conhecimentos prévios do aluno sobre a escravidão negra e/ou ao racismo.

- ° Observação, registro e análise da participação e interesse do aluno nas atividades relacionadas na coluna anterior.
- ° Comparação contínua de registros de acompanhamento do desenvolvimento do aluno em relação a:
  - conhecimento das motivações políticas, econômicas e ideológicas que levaram à adoção do trabalho escravo do negro africano no período colonial e no Império;
  - identificação das principais causas do processo que levou à abolição da escravidão no Brasil;
  - compreensão da importância das formas de resistência no processo de emancipação política e econômica do negro no Brasil.

Avaliação escrita envolvendo questões de tipos diversos, como questões de múltipla escolha, questões abertas, análise de documentos históricos e/ou textos

- ✓ Livro didático;
- ✓ Data show; 74
- ✓ Quadro;
- ✓ Imagens;
- ✓ Bíblia;
- ✓ Texto;

**Refletir sobre a diversidade cultural e religiosa no Brasil, com ênfase sobre aspectos da religiosidade afro-brasileira.**

Leitura coletiva e estudo sobre a História e cultura afro-brasileiras.  
 ° Identificação de traços de crenças e valores culturais africanos em práticas religiosas e culturais brasileiras na atualidade.

° Representação do processo histórico de constituição de crenças e ritos afro-brasileiros em contextos determinados.

° Reconhecimento e valorização da contribuição africana no panorama cultural brasileiro.  
 ° Convivência harmônica com a diversidade cultural e religiosa na sociedade brasileira.

Leitura de textos didáticos sobre religiosidade e cultura afro-brasileira e elaboração de mapa conceitual.  
 ° Atividade em grupos de análise de imagens de época representando a participação de afrodescendentes em rituais religiosos, na qual o aluno deve observar e registrar os seguintes aspectos:  
 - descrição dos elementos da imagem;  
 - identificação do tipo de ritual a que a imagem se refere;  
 - interpretação dos significados rituais da imagem analisada.  
 ° Entrevistas com membros de religiões afro-brasileiras e/ou visitas nas quais o aluno deverá efetuar registro das principais características da religião do entrevistado e da visão de mundo a que suas crenças remetem, a partir de roteiros construídos pelos alunos, com a mediação do professor, a partir dos resultados das discussões e pesquisas realizadas em sala de aula.  
 ° Comparação de imagens de Iemanjá e Nossa Senhora de Fátima, identificando

Observação e levantamento dos conhecimentos prévios do aluno sobre religiosidade afro-brasileira a partir de discussão sobre elementos do folclore nacional.  
 ° Observação, registro e análise da participação e interesse do aluno nas atividades relacionadas na coluna anterior.  
 ° Comparação contínua de registros de acompanhamento do desenvolvimento do aluno em relação a:  
 - conhecimento acerca das crenças e ritos de religiões afro-brasileiras;  
 - identificação de transformações pelas quais passaram determinadas religiões afro-brasileiras ao longo da História;  
 - crítica ao preconceito presente em certos segmentos da sociedade contra as crenças afro-brasileiras.  
 ° Avaliação escrita envolvendo questões de tipos diversos, como questões de múltipla escolha, questões abertas, análise de documentos históricos e/ou textos historiográficos etc., similares àquelas desenvolvidas



**ANEXO IV – PLANO DE CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA – ESCOLA FLODOARDO CABRAL**



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes**

**Diretoria de Ensino**

**Departamento de Educação Básica**

**Divisão de Ensino Médio**

**Escola de Ensino Médio Professor Flodoardo Cabral**

# LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

## 1ª. Série do Ensino Médio

# Plano de Curso Comum da Rede Estadual de Educação do Acre

**2020**



Governo do Estado do Acre

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes

Diretoria de Ensino

Departamento de Educação Básica

Divisão de Ensino Médio

Escola Professor Flodoardo Cabral

PROFESSOR: Professor Flodoardo Cabral

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e

Matemática

ANO/SÉRIE: 1ª Série EM

CARGA HORÁRIA BIMESTRAL: 30h/aulas

CARGA HORÁRIA ANUAL: 120h/aulas



## 1º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situções de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>Utilizar a linguagem oral de forma adequada em diferentes situações comunicativas e envolver cada vez mais a escuta ativa, considerando e respeitando os diferentes modos de falar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linguagem, língua e fala;</li> <li>• Variação linguística;</li> <li>• Variação e norma: variedade regionais, sociais e estilísticas;</li> <li>• A diferença entre o texto ficcional e o de trama informativa ou argumentativa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura dos textos: individual, compartilhada, etc.</li> <li>• Exploração (Interpretação) dos textos de forma oral e escrita. Pode ser repassado um questionário ou orientações sobre a leitura.</li> <li>• Resolução de atividades interpretativas voltadas para os descritores.</li> <li>• Produção textual de texto informativo.</li> </ul>	<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Notebook</li> <li>- Datashow</li> <li>- Pincel</li> <li>- Quadro branco</li> <li>- Jornais</li> <li>- Revistas</li> <li>- Vários tipos de papéis</li> <li>- Tesoura</li> <li>- Cola</li> <li>- TV</li> <li>- Livros paradidáticos</li> <li>- Livro didático</li> <li>- Cópias de textos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação ativa na exposição dos conteúdos e resolução de questionamentos.</li> <li>• Produção textual considerando as</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situações que possibilitem o desenvolvimento da habilidade de apresentação oral em contextos mais formais.</li> <li>• Atividades organizadas a partir de um tema, observando a necessidade de:</li> <li>• Escuta da fala do outro, esperando a sua vez para intervir;</li> <li>• Pertinência das respostas, sugestões e comentários;</li> <li>• Atenção ao tempo disponível para falar;</li> <li>• Cordialidade na discussão;</li> <li>• Exposição de opiniões sobre fatos presenciados ou não, informações veiculadas pela mídia, filmes assistidos, etc.;</li> <li>• Comentários sobre fatos</li> </ul>		<p>características do texto em questão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Testes escritos com base nos descritores e conteúdos desenvolvidos ao longo do bimestre.</li> <li>• Observação e análise do desenvolvimento de habilidade</li> </ul>
--	--	--	--	---

		<p>relativos a acontecimentos da realidade próxima ou mais distante;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflexão crítica diante de situações vivenciadas em contexto de estudo.</li> <li>• Situações de intercâmbio oral em que seja necessário planejar a fala em função da sua intencionalidade, das características do interlocutor a que se destina, das exigências da situação comunicativa e dos objetivos estabelecidos.</li> </ul>	<p>s do aluno no uso da linguagem oral:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar a fala em função de sua intencionalidade e do lugar social que ocupam os interlocutores;</li> <li>• Planejar a fala de modo a ser claro e coerente diante dos interlocutores;</li> <li>• Fazer uso de elementos não verbais para enriquecer a</li> </ul>
--	--	--	--

argumentação ;	
• Ajustar a fala às intenções comunicativas ;	
• Selecionar a variação linguística adequada ao contexto social em que o discurso é proferido;	
• Organizar o discurso, utilizando recursos linguísticos capazes de orientar/persuadir o interlocutor	

<p>em favor de seu ponto de vista;</p>														
<ul style="list-style-type: none"><li>• Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para interceder, argumentando ou contra-argumentando;</li><li>• Apresentar desembaraço e fluência na exposição de suas próprias opiniões;</li><li>• Interessar-se em buscar informações, nas mais variadas</li></ul>														

				fontes, de modo a enriquecer o seu discurso.
produzir leituras de textos diferentes gêneros, considerando diferentes propósitos, que atendam a interesses sociais diversos, aprendendo cada vez mais a posicionar reflexiva e criticamente em relação que é lido.				

## 2º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS  (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>Produzir leituras de textos de diferentes gêneros, considerando diferentes propósitos, que atendam a interesses sociais diversos, e aprendendo cada vez mais a posicionar reflexiva e criticamente em relação ao que é lido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Introdução à literatura</li> <li>◦ Conceito de literatura</li> <li>◦ Texto literário e não literário</li> <li>◦ Gêneros literários: Épico, Lírico e Dramático.</li> <li>◦ Literatura na Idade Média</li> <li>◦ Compreensão do significado de uma palavra desconhecida no texto a partir do contexto e do estabelecimento de relação com a trama.</li> <li>◦ Leitura, análise e comparação de textos com função literária, considerando contextos de produção em espaços e épocas distintos - <b>Idade Média: Trovadorismo, Humanismo e Contemporaneidade</b>); - leitura, análise e compreensão de textos representativos das épocas indicadas considerando: o contexto sócio-histórico-cultural; as características ideológicas e as marcas estilísticas de cada período artístico, conforme registro da historiografia literária:</li> </ul>	<p>Atividades de leitura, análise e comparação de textos literários produzidos em épocas distintas, ou por autores distintos.</p> <p>Situações de leitura, interpretação e compreensão de textos poéticos e ficcionais, observando, a partir de pistas fornecidas no texto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A época em que foi escrito (cronologia, século, ano, etc.).</li> <li>• O espaço físico, relacionando-o à época em que foi escrito, estabelecendo uma interdisciplinaridade com textos</li> </ul>	<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Notebook</li> <li>- Datashow</li> <li>- Pincel</li> <li>- Quadro branco</li> <li>- Jornais</li> <li>- Revistas</li> <li>- Vários tipos de papéis</li> <li>- Tesoura</li> <li>- Cola</li> <li>- TV</li> <li>- Livros paradidáticos</li> <li>- Livro didático</li> <li>- Cópias de textos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação ativa na exposição dos conteúdos e resolução de questionamentos.</li> <li>• Produção textual considera</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ reconhecimento do poder da Igreja e sua influência nas realizações humanas;</li> <li>◦ reconhecimento do feudalismo como organização social e o sentido de submissão e servilismo do homem; sua influência nas ações humanas;</li> <li>◦ análise das cantigas de amor (submisso, serviço do homem em relação à mulher, a coita amorosa); de amigo (o amor da mulher pelo homem distante); de escárnio e de mal dizer;</li> <li>◦ identificação do paralelismo dos versos das cantigas medievais;</li> <li>◦ comparação entre cantigas medievais e contemporâneas em que o “eu lírico seja feminino”.</li> </ul>	<p>e contextos geográficos e históricos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A relação existente entre o imaginário coletivo da época em que foi escrito e a atualidade.</li> </ul> <p>Situações de leitura e análise comparativa de obras em diferentes linguagens (obras literárias impressas X obras literárias adaptadas para o cinema ou seriado de televisão).</p>	<p>ndo as características do texto em questão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Testes escritos com base nos descritores e conteúdos desenvolvidos ao longo do bimestre.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação e análise do desenvolvimento de</li> </ul>
--	--	---	--



<p>habilidade s do aluno no uso da linguagem oral:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Planejar a fala em função de sua intencionalidade e do lugar social que ocupam os interlocutores;</li><li>• Planejar a fala de modo a ser claro e coerente diante dos interlocutores;</li><li>• Fazer uso de elementos não verbais para</li></ul>					
--	--	--	--	--	--

	enriquecer a argumentação ;				
•	Ajustar a fala às intenções comunicativas ;				
•	Selecionar a variação linguística adequada ao contexto social em que o discurso é proferido;				
•	Organizar o discurso, utilizando recursos linguísticos capazes de orientar/persuadir o				

<p>interlocutor em favor de seu ponto de vista;</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para interceder, argumentando ou contrargumentando;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentar desembaraço e fluência na exposição de suas próprias opiniões;</li></ul>	<p>Interessar-se em buscar informações, nas mais variadas fontes, de</p>
---	--	---	--

					modo a enriquecer o seu discurso.

## 3º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>envolver procedimentos lequados de estudo is formativos/expositivos ilizados nas diferentes eas de conhecimento.</p>	<p>(O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Leitura, análise e comparação de textos com função literária, considerando contextos de produção em espaços e épocas distintos - <b>Idade Média: Quinhentismo, Barroco e Arcadismo</b> (comparando-os ao Modernismo e à Contemporaneidade):</li> <li>▪ leitura, análise e compreensão de textos representativos das épocas indicadas considerando: o contexto sócio-histórico-cultural; as características ideológicas e as marcas estilísticas de cada período artístico, conforme registro da historiografia literária:</li> <li>▪ Identificação da influência do antropocentrismo nas produções literárias: o sentimento de expansão marítima do homem português - “Os Lusíadas”;</li> <li>▪ análise do teatro de Gil Vicente e a</li> </ul>	<p>Atividades de leitura de textos selecionados para o ano (inclusive aqueles constantes do livro didático), considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elucidação do propósito do texto;</li> <li>• Levantamento dos conhecimentos prévios sobre o tema a partir da leitura do título/subtítulos;</li> <li>• Observação dos recursos</li> </ul>	<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Notebook</li> <li>- Datashow</li> <li>- Pincel</li> <li>- Quadro branco</li> <li>- Jornais</li> <li>- Revistas</li> <li>- Vários tipos de papéis</li> <li>- Tesoura</li> <li>- Cola</li> <li>- TV</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação ativa na exposição dos conteúdos e resolução de questionamentos.</li> </ul>

	<p>caracterização dos “tipos humanos” como crítica social, comparado, por exemplo, à obra de Ariano Suassuna ou Nelson Rodrigues, entre outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ reconhecimento do conjunto de relatos escritos e crônicas históricas (literatura de informação ou de cronistas e viajantes);</li> <li>▪ identificação de expressões de sentimentos e emoções do homem do século XVI, dividido entre a autoridade imposta pela Igreja e os prazeres carnaís, fruto do antropocentrismo renascentista (o Barroco); a poesia lírica e religiosa;</li> <li>▪ identificação da linguagem rebuscada do barroco: o conceptismo e o cultismo de Gregório de Matos e do Pe. Antônio Vieira.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a linguagem poética / simbólica e suas marcas linguísticas - as figuras de linguagem, pontuação;</li> <li>- recursos composicionais do poema (estrofe, verso, rima, melodia, ritmo);</li> <li>- a diferença entre o texto ficcional e o de trama informativa ou argumentativa;</li> <li>- o texto de estrutura narrativa e suas características (enredo, cenário, tempo cronológico, tempo psicológico, personagens - protagonista x antagonista/antagonismo).</li> </ul> <p><b>Leitura e análise de textos de função literária.</b></p>	<p>utilizados para salientar ideias (negrito, itálico, disposição espacial, legendas de ilustrações, tabelas, quadros, notas de rodapé, etc.).</p> <p>Busca e identificação das ideias mais importantes, parágrafo a parágrafo.</p> <p>Utilização de procedimentos de suporte para a síntese (sublinhar, tomar notas, levantar palavras-chave sob orientação do professor).</p> <p>Verificação da própria compreensão e esclarecimento de dúvidas (relendo, perguntando, ideias, buscando o dicionário etc.).</p>	<p>-Livros paradigmáticos -Livro didático -Cópias de textos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção textual considera <b>ndo</b> as <b>características</b> do <b>texto</b> em <b>questão</b>.</li> <li>• Testes escritos <b>com base</b> nos <b>descritores</b> <b>S</b> e <b>e</b> <b>conteúdos</b> <b>desenvolvidos</b> <b>ao</b> <b>longo</b> <b>do</b> <b>bimestre</b>.</li> </ul>
--	--	---	---	--

<ul style="list-style-type: none"><li>• Observação e análise do desenvolvimento de habilidades do aluno no uso da linguagem oral:</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Planejar a fala em função de sua intencionalidade e do lugar social que ocupam os interlocutores;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Planejar a fala de modo a ser claro e coerente diante dos</li></ul>
---	---	---

	<p>interlocutores;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fazer uso de elementos não verbais para enriquecer a argumentação ;</li><li>• Ajustar a fala às intenções comunicativas ;</li><li>• Selecionar a variação linguística adequada ao contexto social em que o discurso é proferido;</li><li>• Organizar o discurso, utilizando</li></ul>					
--	--	--	--	--	--	--



<p>recursos linguísticos capazes de orientar/persuadir o interlocutor em favor de seu ponto de vista;</p>			<ul style="list-style-type: none"><li>• Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para interceder, argumentando ou contra-argumentando;</li><li>• Apresentar desembaraço e fluência na exposição de suas próprias</li></ul>
---	--	--	--



## 4º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS  (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>Compreender e fazer uso da linguagem como modalidade interativa, de comunicação, de acesso a informações e de</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura e análise de textos injuntivos (manuais de instrução, receitas, peças publicitárias)</li> <li>Os elementos da comunicação: emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente</li> </ul>		<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Notebook</li> <li>-Datashow</li> <li>-Pincel</li> <li>-Quadro branco</li> <li>-Jornais</li> </ul>	<p>Situações de aprendizagem que permitam identificar a função da linguagem</p>

<p>pressão, considerando        mpre a relação existente        tre aquele que diz, o que        diz e a quem diz algo,        1 situações sociais reais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As Funções da linguagem           <ul style="list-style-type: none"> <li>*Função Fática, referencial, emotiva, apelativa, poética e metalinguística.</li> </ul> </li> </ul>	<p>-Revistas        -Vários tipos de papéis        -Tesoura        -Cola        - TV        -Livros paradidáticos        -Livro didático        -Cópias de textos</p>	<p>predominante para compreender o propósito comunicativo do texto.</p> <p>Trabalhos grupais e individuais.</p> <p>Testes.</p> <p>Prova bimestral.</p> <p>Atividades de recuperação.</p> <p>Prova de recuperação.</p> <p>Provas finais</p>
---	--	---	--


XO V – PLANO DE CURSO – 3º ANO EM – ESCOLA FLODOARDO CABRAL



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes**

**Diretoria de Ensino**

**Departamento de Educação Básica**

**Divisão de Ensino Médio**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**3ª Série do Ensino Médio**

# Plano de Curso Comum da Rede Estadual de Educação do Acre

**2020**



Governo do Estado do Acre

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes

Diretoria de Ensino

Departamento de Educação Básica

Divisão de Ensino Médio

Escola Estadual de Ensino Médio Professor Flodoardo Cabral

**PROFESSOR FLODOARDO CABRAL**

**COMPONENTE CURRICULAR: LINGUA PORTUGUESA**

**PROFESSOR: ANDREA ANGELO DA SILVA E MARIA MERCÊS RODRIGUES DA SILVA**  
**/SÉRIE: 3º**

**CARGA HORÁRIA BIMESTRAL: 30 h/aulas**

**CARGA HORÁRIA ANUAL: 120/aulas**

## 1º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>Utilizar a linguagem oral de forma adequada em diferentes situações comunicativas e envolver cada vez mais a escuta ativa, considerando e respeitando diferentes modos de falar.</p> <p>Produzir textos escritos de forma adequada para o ano, envolvendo procedimentos de escritor, referentes com a situação comunicativa e com os gêneros normativos da língua.</p>	<p>Leitura, interpretação e produção textual;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Texto dissertativo argumentativo (Redação do Enem): definições e usos; estrutura (introdução, desenvolvimento e conclusão), linguagem, objetividade e impessoalidade;</li> <li>• Coerência e coesão textuais;</li> <li>• Relação entre sentido e contexto;</li> <li>• As cinco competências avaliativas na Redação do Enem;</li> <li>• Proposta de intervenção: como elaborar;</li> <li>• Concordância Nominal;</li> <li>• Concordância Verbal;</li> <li>• A pontuação na construção do sentido do texto;</li> <li>• A crase e suas regras de aplicação;</li> <li>• Vanguardas europeias: Futurismo, Dadaísmo, Expressionismo e Surrealismo.</li> </ul>	<p>Promover situações que possibilitem o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação e produção de textos dos diversos gêneros, fazendo uso da variedade padrão;</p> <p>Retomada dos descritores, em que os alunos apresentaram resultados abaixo do básico;</p> <p>Atividades que prevejam entrevistas para coleta de informações sobre temas em estudo, a fim de adquirir informações para a fundamentação dos textos a serem produzidos pelos alunos;</p> <p>Produção escrita de textos como</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sequência didática;</li> <li>- Diário de classe;</li> <li>- Livro didático;</li> <li>- Quadro branco;</li> <li>- Pincéis para quadro;</li> <li>- Papel A4;</li> <li>- Projetor multimídia;</li> <li>- Papel madeira;</li> <li>- Textos impressos ou xerocopiados;</li> <li>- Slides;</li> <li>- Músicas;</li> </ul>	<p>Observação das habilidades do aluno no uso da linguagem oral, considerando a intencionalidade e o contexto de produção.</p> <p>Planejar a fala de modo a ser claro e coerente diante dos interlocutores;</p> <p>Fazer uso de elementos não verbais para enriquecer a argumentação;</p>



	<p>resultado da análise empreendida a partir da leitura de um texto;</p> <p>Situações de análise de textos em pequenos grupos e posterior discussão coletiva, sob orientação do professor, com foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ no uso da linguagem nos padrões verbais e não verbais;</li> <li>➤ no uso da linguagem nos padrões orais e escritos;</li> <li>➤ nos recursos expressivos utilizados por bons escritores.</li> </ul> <p>Retomada pelo professor dos movimentos literários anterior ao Pré-modernismo através da leitura, análise e comparação de textos (fragmentos) de obras realistas e naturalistas, considerando o contexto de produção e épocas distintos;</p> <p>Atividades de leitura, e análise de textos de variados gêneros, para a identificação das classes dos pronomes, conjunções e</p>	<p>- Vídeos;</p> <p>- Gramáticas;</p> <p>- Dicionários.</p>	<p>Ajustar a fala às intenções comunicativas;</p> <p>Selecionar a variação linguística adequada ao contexto social em que o discurso é proferido;</p> <p>Organizar o discurso, utilizando recursos linguísticos capazes de orientar/persuadir o interlocutor em favor de seu ponto de vista;</p> <p>Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para interceder, argumentando ou</p>
--	--	---	---

	<p>preposições, observando a função que os mesmos desempenham no interior de um texto;</p> <p>Leitura e análise de diferentes textos para observação das relações morfossintáticas entre os termos de uma oração (sujeito/nome, sujeito e verbo);</p> <p>Explicação das regras de concordância nominal e verbal com auxílio de gramática, apostila e/ou livro didático;</p> <p>Aplicação de atividades presentes no livro didático para detectar se o conteúdo foi assimilado de forma satisfatória pelos alunos;</p> <p>Atividades que prevejam entrevistas gravadas ou escritas para coleta de informações sobre um determinado assunto, cuja finalidade será a análise da fala e detecção dos erros de</p>	<p>contra-argumentando;</p> <p>Utilizar recursos audiovisuais para apresentar esquemas, roteiros, imagens, que ilustrem o discurso oral;</p> <p>Apresentar desembaraço e fluência na exposição de suas próprias opiniões;</p> <p>Interessar-se em buscar informações, nas mais variadas fontes, de modo a enriquecer o seu discurso;</p> <p>Produção oral e escrita;</p> <p>Produção de</p>
--	---	---

			concordância (nominal e verbal) de acordo com as normas prescritas pela gramática;		paródia; Trabalhos grupais e individuais; Seminários; Prova Bimestral; Avaliação Qualitativa; Avaliação Quantitativa.
			Transcrição do texto oral para o escrito, considerando as convenções da linguagem gramatical escrita.		

## 2º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>produzir leituras de textos diferentes gêneros, considerando diferentes propósitos, que atendam a interesses sociais diversos, aprendendo cada vez</p>	<p>(O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)</p> <p><b>CONTEÚDOS</b></p> <p>Texto argumentativo: Redação do Enem;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Complementos Verbais;</li> <li>• Regência Verbal;</li> <li>• Complementos; Nominais;</li> <li>• Regência Nominal;</li> </ul>	<p>Atividades de leitura de textos selecionados para o ano (inclusive aqueles constantes do livro didático), considerando;</p>	<p>Seqüência didática;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diário de classe;</li> <li>- Livro didático;</li> </ul>	<p>Observação, registro e análise do desenvolvimento de habilidades do aluno no uso da</p>

<p>ais a posicionar reflexiva criticamente em relação que é lido.</p> <p>mpreender e fazer uso . linguagem como vidade interativa, de munição, de acesso a ormações e de pressão, considerando mpre a relação existente tre aquele que diz, o que diz e a quem diz algo, 1 situações sociais reais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Pré-modernismo: O Brasil republicano: conflito e contrastes;</li> <li>• Características principais;</li> <li>• Autores em busca de um país;</li> <li>• Euclides da Cunha: narrador da guerra do fim do mundo;</li> <li>• Lima Barreto: a vida nos subúrbios cariocas;</li> <li>• Monteiro Lobato: a decadência do café;</li> <li>• Augusto dos Anjos: poeta de muitas faces.</li> </ul>	<p>Elucidação do propósito do texto;</p> <p>Levantamento dos conhecimentos prévios sobre o tema a partir da leitura do título/subtítulos;</p> <p>Observação dos recursos utilizados para salientar ideias (negrito, itálico, disposição espacial, legendas de ilustrações, tabelas, quadros, notas de rodapé etc.);</p> <p>Busca e identificação das ideias mais importantes, parágrafo a parágrafo;</p> <p>Utilização de procedimentos de suporte para a síntese (sublinhar, tomar notas, levantar palavras-chave sob orientação do professor);</p> <p>Verificação da própria compreensão e esclarecimento de dúvidas (relendo, perguntando,</p>	<p>- Quadro branco;</p> <p>- Pinceis para quadro;</p> <p>- Papel A4;</p> <p>- Projetor multimídia;</p> <p>- Textos impressos ou xerocopiados;</p> <p>-Slides;</p> <p>-Músicas;</p> <p>- Dicionários;</p> <p>- Gramáticas.</p>	<p>linguagem oral;</p> <p>Ajustar a fala às intenções comunicativas;</p> <p>Selecionar a variação linguística adequada ao contexto social em que o discurso é proferido;</p> <p>Organizar o discurso, utilizando recursos linguísticos capazes de orientar/persuadir o interlocutor em favor de seu ponto de vista;</p> <p>Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para</p>
---	--	---	---	--

	<p>trocando ideias, buscando o dicionário etc.);</p> <p>Organização da síntese (resumo ou, sob orientação do professor, esquema);</p> <p>Atividades, coordenadas pelo professor, de análise de resumos, sínteses e esquemas, para discutir sua organização lógica, estrutura, nível de clareza e, quando necessário, discussão sobre formas de complementá-los, reordená-los, corrigir informações considerando os textos-fonte;</p> <p>Atividades sequenciadas de pesquisa, desenvolvidas no âmbito ou não de projetos;</p> <p>Levantamento de conhecimentos prévios sobre o tema-base;</p> <p>Levantamento, hierarquização e</p>	<p>interceder, argumentando ou contra-argumentando;</p> <p>Utilizar recursos audiovisuais para apresentar esquemas, roteiros, imagens, que ilustrem o discurso oral;</p> <p>Apresentar desembaraço e fluência na exposição de suas próprias opiniões;</p> <p>Interessar-se em buscar informações, nas mais variadas fontes, de modo a enriquecer o seu discurso;</p> <p>Empenho em utilizar procedimentos de</p>
--	--	--

		<p>ordenação de questões a serem respondidas (roteiro prévio);</p> <p>Planejamento dos passos do trabalho;</p> <p>Estabelecimento dos grupos e decisões sobre os papéis a serem desempenhados por seus integrantes;</p> <p>Seleção de fontes adequadas à pesquisa e consulta a índices e outros facilitadores de localização da informação;</p> <p>Produção de texto expositivo em que se articulem as informações selecionadas;</p> <p>Compartilhamento e análise dos trabalhos;</p> <p>Organização e realização de seminários temáticos, sobre os</p>	<p>estudo adequados;</p> <p>Identificação do propósito do estudo a ser feito;</p> <p>Trabalhos grupais e individuais;</p> <p>Seminários;</p> <p>Prova Bimestral;</p> <p>Avaliação Qualitativa;</p> <p>Avaliação Quantitativa.</p>
--	--	---	---

conteúdos relacionados à produção literária de autores das épocas indicadas, a partir de pesquisa orientada pelo professor;

Rodas de avaliação processual e final para troca de opiniões sobre:

- O estudo em realização/realizado;
- As informações a obter/obtidas;
- O interesse provocado;
- As possibilidades de desdobramento.

Explicação das regras de regência nominal e verbal com auxílio de gramática, apostila e/ou livro didático;

Aplicação de atividades presentes no livro didático para detectar se o conteúdo foi assimilado de forma satisfatória pelos alunos;

Divisão da turma em grupos e

		propor que do conteúdo estudado criem uma paródia. Para isso, devem escolher um estilo musical de sua preferência (rap, funk, samba ou outros) e apresentem a classe.	
--	--	---	--

## 3º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>oduzir textos escritos de toria, dos gêneros vistos para o ano, envolvendo procedimentos de escritor, erentes com a situação comunicativa e com os drões normativos da gua.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Texto informativo: editorial, redação do Enem;</li> <li>• A Semana de Arte Moderna – 1922;</li> <li>• Modernismo no Brasil – Poesia:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1ª Geração: ousadia e inovação;</li> <li>- 2ª Geração: misticismo e consciência social.</li> </ul> </li> <li>• O Romance de 30: regionalismo em ação;</li> <li>• Morfossintaxe: - Período simples (termos essenciais, integrantes e acessórios).</li> </ul>	<p>Situações de produção de textos com diversos graus de formalidade, nas quais o aluno tenha que tomar as melhores decisões que atendam à intenção comunicativa, desde o planejamento até a revisão e reescrita do seu texto;</p> <p>Exposição oral para discussão da temática que orienta a produção textual;</p> <p>Pesquisa, sempre que necessário,</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sequência didática;</li> <li>- Diário de classe;</li> <li>- Livro didático;</li> <li>- Quadro branco;</li> <li>- Pinceis para quadro;</li> <li>- Papel A4;</li> <li>- Projetor multimídia;</li> <li>- Textos impressos ou</li> </ul>	<p>Análise da produção textual do aluno (de modo a promover intervenções que proporcionem a melhoria da qualidade de seu texto, através da revisão e reescrita), verificando o seu desempenho em relação aos</p>



<p>- Período composto por coordenação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orações Coordenadas sindéticas e assindéticas;</li> <li>• Texto dissertativo-argumentativo: Redação Enem.</li> </ul>	<p>para aprofundar a temática discutida e colher dados/informações para o enriquecimento da produção do texto;</p> <p>Definição de métodos de pesquisa;</p> <p>Elaboração do planejamento do texto, atendendo às características pertinentes à estrutura:</p> <p>Da narrativa, como a ambientação da história, a construção do conflito com o clímax e o desfecho;</p> <p>Da argumentação (tese, argumentos, conclusão/introdução, desenvolvimento, conclusão);</p> <p>Do texto teatral (descrição da cena/ato/personagens, diálogos,</p>	<p>xerocopiados;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Slides;</li> <li>- Músicas;</li> <li>- Vídeos;</li> <li>- Dicionários;</li> <li>- Gramáticas.</li> </ul>	<p>seguintes procedimentos/atividades;</p> <p>Planejar coerentemente o texto, de acordo com as condições de produção, fazendo esboços, esquemas;</p> <p>Construir a ambientação da história de modo a preparar o leitor/dar pistas acerca do conflito da história;</p> <p>Utilizar elementos descritivos para caracterização de cenário, personagens e objetos;</p> <p>Utilizar mecanismos que registrem na</p>
--	---	--	---

		<p>rubricas, etc.);</p> <p>Produção da sequência narrativa, considerando a logicidade e coerência entre os fatos.</p> <p>Construção da argumentação, considerando a tese definida, com a utilização de elementos coesivos que articulem as ideias coerentemente.</p> <p>Definição sobre a variação linguística que melhor se adequa ao discurso produzido em função da posição social dos interlocutores, bem como do gênero textual em questão;</p> <p>Atividades coletivas, em pequenos grupos ou individuais, de revisão textual, sob a intervenção do professor, que garantam ao aluno o olhar de leitor para observar os equívocos do texto em relação aos aspectos discursivos, linguísticos,</p>	<p>escrita o foco narrativo da história, para manter a coerência do texto;</p> <p>Selecionar adequadamente os marcadores temporais e espaciais que melhor garantam a sequência narrativa;</p> <p>Utilizar operadores argumentativos capazes de orientar o leitor para o ponto de vista que o autor defende;</p> <p>Segmentar o texto em parágrafos coerentes;</p> <p>Garantir padrões</p>
--	--	---	---

		<p>ao conteúdo e aos aspectos de pontuação e do padrão da escrita, de modo a melhorar a qualidade do próprio texto;</p> <p>Para os conteúdos A Semana de Arte Moderna e primeira fase do Modernismo brasileiro, os estudos serão feitos por meio de aulas expositivas, comentários, pesquisa extraclasse em sites da internet, livros didáticos e paradidáticos, buscando compreender seu significado, sua importância histórica e os acontecimentos mais importantes do movimento.</p>	<p>normativos relacionados à ortografia, acentuação, concordância e pontuação;</p> <p>Garantir padrões normativos relacionados às características do gênero textual em questão;</p> <p>Empregar corretamente a sequência de verbos dos tempos do pretérito;</p> <p>Adequar o texto à variação linguística consoante às condições de produção;</p> <p>Empregar estratégias de</p>
--	--	---	--

				<p>coesão e coerência (recursos de substituição, conectivos, elementos de transição etc.);</p> <p>Demonstrar empenho em revisar várias versões do próprio texto;</p> <p>Demonstrar empenho em garantir a boa apresentação dos textos, através do uso de elementos extralinguísticos;</p> <p>Empenhar-se em revisar e/ou reescrever seu texto, tantas vezes quantas forem necessárias, de modo a garantir a</p>
--	--	--	--	--

				<p>sua qualidade;</p> <p>Produção do gênero textual reportagem, observando os elementos que conferem sentido ao texto</p> <p>coerência, coesão, pontuação, notações léxicas, tec.;</p> <p>Trabalhos grupais e individuais;</p> <p>Seminários;</p> <p>Prova Bimestral;</p> <p>Avaliação Qualitativa;</p> <p>Avaliação Quantitativa.</p>
--	--	--	--	--

OBJETIVOS	CONTEÚDOS <small>(O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)</small>	PROPOSTAS DE ATIVIDADES <small>(Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)</small>	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>Compreender e fazer uso da linguagem como modalidade interativa, de comunicação, de acesso a informações e de expressão, considerando sempre a relação existente entre aquele que diz, o que diz e a quem diz algo, em situações sociais reais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Texto científico (esquema, resumo, relatório, resenha crônica argumentativa);</li> <li>• O Modernismo: A geração de 45;</li> <li>• Período composto por subordinadas</li> <li>• Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais.</li> </ul>	<p>Atividades de leitura e análise comparativa de textos de diferentes linguagens (verbal e não verbal) e diferentes gêneros textuais: crônicas, contos, poemas, reportagens, tiras, quadrinhos, telas, cartazes, filmes, peças publicitárias, artigos, telas pintadas, que promovam a reflexão em torno do poder e características da linguagem no processo de interação, expressão e comunicação entre os homens;</p> <p>Organização e realização de seminários temáticos, sobre os conteúdos relacionados à produção literária de autores das épocas indicadas, a partir de pesquisa orientada pelo professor;</p> <p>Situações de leitura de obras da literatura nacional, comparando-as e atribuindo-lhes valor para posterior produção de trabalhos</p>	<p>Sequência didática;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diário de classe;</li> <li>- Livro didático;</li> <li>- Quadro branco;</li> <li>- Pinceis para quadro;</li> <li>- Papel A4;</li> <li>- Projetor multimídia;</li> <li>- Vídeos;</li> <li>- Textos impressos ou xerocopiados;</li> <li>- Slides;</li> <li>- Músicas;</li> <li>- Gramáticas;</li> </ul>	<p>Observação e registro da leitura – produção de sentidos - do aluno frente à comparação entre linguagem verbal e não verbal e as características de manifestações da linguagem nessas diversas situações;</p> <p>Situações que permitem identificar o desempenho do aluno em relação aos seguintes procedimentos:</p> <p>Identificar o lugar</p>

		<p>escritos (álbum seriado, resumos – informativos e críticos - artigos, resenhas), pelo aluno, que sintetizem a compreensão e sua opinião sobre o material lido;</p> <p>Situações de leitura e análise comparativa de obras em diferentes linguagens (obras literárias impressas x obras literárias adaptadas para o cinema ou seriado de televisão).</p>	<p>- Dicionários.</p>	<p>social ocupado pelo enunciador e interlocutores de um discurso;</p> <p>Identificar a função da linguagem predominante para compreender o propósito comunicativo do texto;</p> <p>Antecipar as expectativas dos interlocutores diante do dizer de um enunciado;</p> <p>Reconhecer o poder que a linguagem tem através das articulações que se verificam na argumentação utilizada num texto;</p> <p>Posicionar-se diante do</p>
--	--	--	-----------------------	---

				<p>discurso do outro;</p> <p>Compreender a ideologia que permeia o discurso, manifestado em oposição a outro;</p> <p>Identificar as diversas vozes que se manifestam num discurso;</p> <p>Trabalhos grupais e individuais;</p> <p>Seminário;</p> <p>Prova Bimestral;</p> <p>Avaliação Qualitativa;</p> <p>Avaliação Quantitativa.</p>
--	--	--	--	---



**XO VI – PLANO DE CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA – 1º ANO – ESCOLA CRAVEIRO COSTA****GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes****Diretoria de Ensino****Departamento de Educação Básica****Divisão de Ensino Médio****Escola de Ensino Médio Professor Flodoardo Cabral**

# LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

## 1ª. Série do Ensino Médio

# Plano de Curso Comum da Rede Estadual de Educação do Acre

**2020**



Governo do Estado do Acre

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes

Diretoria de Ensino

Departamento de Educação Básica

Divisão de Ensino Médio

Escola Professor Flodoardo Cabral

PROFESSOR: Professor Flodoardo Cabral

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e

Matemática

ANO/SÉRIE: 1ª.

CARGA HORÁRIA BIMESTRAL: 30h/aulas

CARGA HORÁRIA ANUAL: 120h/aulas

## 1º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS <small>(O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)</small>	PROPOSTAS DE ATIVIDADES <small>(Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)</small>	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>Utilizar a linguagem oral de forma adequada em diferentes situações comunicativas e envolver cada vez mais a escuta ativa, considerando e respeitando os diferentes modos de falar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linguagem, língua e fala;</li> <li>• Variação linguística;</li> <li>• Variação regional e normas estilísticas;</li> <li>• A diferença entre o texto ficcional e o de trama informativa ou argumentativa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura dos textos: individual, compartilhada, etc.</li> <li>• Exploração (Interpretação) dos textos de forma oral e escrita. Pode ser repassado um questionário ou orientações sobre a leitura.</li> <li>• Resolução de atividades interpretativas voltadas para os descritores.</li> <li>• Produção textual de texto informativo.</li> </ul>	<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Notebook</li> <li>-Datashow</li> <li>-Pincel</li> <li>-Quadro branco</li> <li>-Jornais</li> <li>-Revistas</li> <li>-Vários tipos de papéis</li> <li>-Tesoura</li> <li>-Cola</li> <li>-TV</li> <li>-Livros paradidáticos</li> <li>-Livro didático</li> <li>-Cópias de textos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação ativa na exposição dos conteúdos e resolução de questionamentos.</li> <li>• Produção textual considerando as características do texto em questão.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situações que possibilitem o desenvolvimento da habilidade de apresentação oral em contextos mais formais.</li> <li>• Atividades organizadas a partir de um tema, observando a necessidade de:</li> <li>• Escuta da fala do outro, esperando a sua vez para intervir;</li> <li>• Pertinência das respostas, sugestões e comentários;</li> <li>• Atenção ao tempo disponível para falar;</li> <li>• Cordialidade na discussão;</li> <li>• Exposição de opiniões sobre fatos presenciados ou não, informações veiculadas pela mídia, filmes assistidos, etc.;</li> <li>• Comentários sobre fatos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Testes escritos com base nos descritores e conteúdos desenvolvidos ao longo do bimestre.</li> <li>• Observação e análise do desenvolvimento de habilidades do aluno no uso da linguagem oral:</li> <li>• Planejar a fala em função de sua</li> </ul>
--	--	--	---

	<p>relativos a acontecimentos da realidade próxima ou mais distante;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflexão crítica diante de situações vivenciadas em contexto de estudo.</li> <li>• Situações de intercâmbio oral em que seja necessário planejar a fala em função da sua intencionalidade, das características do interlocutor a que se destina, das exigências da situação comunicativa e dos objetivos estabelecidos.</li> </ul>	<p>intencionalidade e do lugar social que ocupam os interlocutores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar a fala de modo a ser claro e coerente diante dos interlocutores;</li> <li>• Fazer uso de elementos não verbais para enriquecer a argumentação;</li> <li>• Ajustar a fala às intenções comunicativas;</li> <li>• Selecionar a variação linguística adequada ao contexto social em que o</li> </ul>
--	--	---

				<p>discurso é proferido;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Organizar o discurso, utilizando recursos linguísticos capazes de orientar/persuadir o interlocutor em favor de seu ponto de vista;</li><li>• Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para interceder, argumentando ou contrargumentando;</li><li>• Apresentar desembaraço e fluência na</li></ul>
--	--	--	--	--

				<p>exposição de suas próprias opiniões;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Interessar-se em buscar informações, nas mais variadas fontes, de modo a enriquecer o seu discurso.</li></ul>
--	--	--	--	---

OBJETIVOS	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>Produzir leituras de textos de diferentes gêneros, considerando diferentes propósitos, que atendam a interesses sociais diversos, e aprendendo cada vez mais a posicionar reflexiva e criticamente em relação ao que é lido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Introdução à literatura</li> <li>◦ Conceito de literatura</li> <li>◦ Texto literário e não literário</li> <li>◦ Gêneros literários: Épico, Lírico e Dramático.</li> <li>◦ Literatura na Idade Média</li> <li>◦ Compreensão do significado de uma palavra desconhecida no texto a partir do contexto e do estabelecimento de relação com a trama.</li> <li>◦ Leitura, análise e comparação de textos com função literária, considerando contextos de produção em espaços e épocas distintos - <b>Idade Média: Trovadorismo, Humanismo e Contemporaneidade</b>):             <ul style="list-style-type: none"> <li>- leitura, análise e compreensão de textos representativos das épocas indicadas</li> <li>- considerando: o contexto sócio-histórico-cultural; as características ideológicas e as marcas estilísticas de cada período artístico, conforme registro da historiografia</li> </ul> </li> </ul>	<p>Atividades de leitura, análise e comparação de textos literários produzidos em épocas distintas, ou por autores distintos.</p> <p>Situações de leitura, interpretação e compreensão de textos poéticos e ficcionais, observando, a partir de pistas fornecidas no texto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A época em que foi escrito (cronologia, século, ano, etc.).</li> <li>• O espaço físico, relacionando-o à época em que foi escrito, estabelecendo uma interdisciplinaridade com textos e contextos geográficos e históricos.</li> <li>• A relação existente entre o imaginário coletivo da época</li> </ul>	<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Notebook</li> <li>- Datashow</li> <li>- Pincel</li> <li>- Quadro branco</li> <li>- Jornais</li> <li>- Revistas</li> <li>- Vários tipos de papéis</li> <li>- Tesoura</li> <li>- Cola</li> <li>- TV</li> <li>- Livros paradidáticos</li> <li>- Livro didático</li> <li>- Cópias de textos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação ativa na exposição dos conteúdos e resolução de questionamentos.</li> <li>• Produção textual considerando as características do texto em questão.</li> <li>• Testes escritos com base nos descritores e</li> </ul>



	<p>literária:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ reconhecimento do poder da Igreja e sua influência nas realizações humanas;</li> <li>◦ reconhecimento do feudalismo como organização social e o sentido de submissão e servilismo do homem; sua influência nas ações humanas;</li> <li>◦ análise das cantigas de amor (submisso, serviçal do homem em relação à mulher, a coita amorosa); de amigo (o amor da mulher pelo homem distante); de escárnio e de maldizer;</li> <li>◦ identificação do paralelismo dos versos das cantigas medievais;</li> <li>◦ comparação entre cantigas medievais e contemporâneas em que o “eu lírico seja feminino”.</li> </ul>	<p>em que foi escrito e a atualidade.</p> <p>Situações de leitura e análise comparativa de obras em diferentes linguagens (obras literárias impressas X obras literárias adaptadas para o cinema ou seriado de televisão).</p>	<p>conteúdos desenvolvidos ao longo do bimestre.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação e análise do desenvolvimento de habilidades do aluno no uso da linguagem oral: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar a fala em função de sua intencionalidade e do lugar social que ocupam os interlocutores;</li> <li>• Planejar a fala de modo a ser claro e coerente diante</li> </ul> </li> </ul>
--	--	--	--



<p>o interlocutor em favor de seu ponto de vista;</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para interceder, argumentando ou contra-argumentando;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentar desembaraço e fluência na exposição de suas próprias opiniões;</li></ul>	<p>Interessar-se em buscar informações, nas mais variadas fontes, de modo a enriquecer o seu discurso.</p>
---	--	---	--

## 3º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS  (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>envolver procedimentos equados de estudo dos textos formativos/expositivos lizados nas diferentes áreas de conhecimento.</p>	<p>(O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura, análise e comparação de textos com função literária, considerando contextos de produção em espaços e épocas distintos - <b>Idade Média: Quinhentismo, Barroco e Arcadismo</b> (comparando-os ao Modernismo e à Contemporaneidade):</li> <li>- leitura, análise e compreensão de textos representativos das épocas indicadas considerando: o contexto sócio-histórico-cultural; as características ideológicas e as marcas estilísticas de cada período artístico, conforme registro da historiografia literária:</li> <li>- Identificação da influência do antropocentrismo nas produções literárias: o sentimento de expansão marítima do homem português – “Os Lusíadas”;</li> </ul>	<p>Atividades de leitura de textos selecionados para o ano (inclusive aqueles constantes do livro didático), considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elucidação do propósito do texto;</li> <li>• Levantamento dos conhecimentos prévios sobre o tema a partir da leitura do título/subtítulos;</li> <li>• Observação dos recursos utilizados para salientar ideias (negrito, itálico, disposição espacial, legendas de ilustrações, tabelas, quadros, </li></ul>	<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Notebook</li> <li>- Datashow</li> <li>- Pincel</li> <li>- Quadro branco</li> <li>- Jornais</li> <li>- Revistas</li> <li>- Vários tipos de papéis</li> <li>- Tesoura</li> <li>- Cola</li> <li>- TV</li> <li>- Livros paradidáticos</li> <li>- Livro didático</li> <li>- Cópias de textos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação ativa na exposição dos conteúdos e resolução de questionamentos.</li> <li>• Produção textual considerando as características do texto em questão.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- análise do teatro de Gil Vicente e a caracterização dos “tipos humanos” como crítica social, comparado, por exemplo, à obra de Ariano Suassuna ou Nelson Rodrigues, entre outros;</li> <li>- reconhecimento do conjunto de relatos escritos e crônicas históricas (literatura de informação ou de cronistas e viajantes);</li> <li>- identificação de expressões de sentimentos e emoções do homem do século XVI, dividido entre a autoridade imposta pela Igreja e os prazeres carnavais, fruto do antropocentrismo renascentista (o Barroco); a poesia lírica e religiosa;</li> <li>- identificação da linguagem rebuscada do barroco: o conceptismo e o cultismo de Gregório de Matos e do Pe. Antônio Vieira.</li> <li>- a linguagem poética / simbólica e suas marcas linguísticas – as figuras de linguagem, pontuação;</li> <li>- recursos compositionais do poema (estrofe, verso, rima, melodia, ritmo);</li> <li>- a diferença entre o texto ficcional e o de trama informativa ou argumentativa;</li> <li>- o texto de estrutura narrativa e suas</li> </ul>	<p>notas de rodapé, etc.).</p> <p>Busca e identificação das ideias mais importantes, parágrafo a parágrafo.</p> <p>Utilização de procedimentos de suporte para a síntese (sublinhar, tomar notas, levantar palavras-chave sob orientação do professor).</p> <p>Verificação da própria compreensão e esclarecimento de dúvidas (relendo, perguntando, ideias, buscando o dicionário etc.).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Testes escritos com base nos descritores e conteúdos desenvolvidos ao longo do bimestre.</li> <li>• Observação e análise do desenvolvimento de habilidades do aluno no uso da linguagem oral:</li> <li>• Planejar a fala em função de sua intencionalidade e do lugar social</li> </ul>
--	--	---	--

	<p>características (enredo, cenário, tempo cronológico, tempo psicológico, personagens – protagonista x antagonista/antagonismo). Leitura e análise de textos de função literária.</p>		<p>que ocupam os interlocutores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar a fala de modo a ser claro e coerente diante dos interlocutores;</li> <li>• Fazer uso de elementos não verbais para enriquecer a argumentação;</li> <li>• Ajustar a fala às intenções comunicativas;</li> <li>• Selecionar a variação linguística adequada ao contexto social em que o discurso é proferido;</li> <li>• Organizar o discurso,</li> </ul>
--	--	--	---

utilizando recursos linguísticos capazes de orientar/persuadir o interlocutor em favor de seu ponto de vista;			Interessar-se em

- Respeitar a fala do outro, esperando a sua vez para interceder, argumentando ou contra-argumentando;
- Apresentar desembaraço e fluência na exposição de suas próprias opiniões;

					buscar informações, nas mais variadas fontes, de modo a enriquecer o seu discurso.
--	--	--	--	--	--

## 4º BIMESTRE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)	PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	RECURSOS	FORMAS DE AVALIAÇÃO
<p>compreender e fazer uso da linguagem como atividade interativa, de comunicação, de acesso a informações e de negociação, considerando sempre a relação existente entre aquele que diz, o que diz e a quem diz algo, em situações sociais reais.</p>	<p>Identificação das características da linguagem em suas várias manifestações verbais e não verbais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Autor/produtor</li> <li>- intenção/condições de produção/uso de diferentes linguagens;</li> <li>- Posição do interlocutor/expectativas/condições de recepção.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento do poder a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de leitura e análise comparativa de textos de diferentes linguagens (verbal e não verbal) e diferentes gêneros textuais: crônicas, contos, poemas, reportagens, tiras, quadrinhos, peças publicitárias, artigos, que promovem a reflexão em torno do poder e características da linguagem no processo de interação, expressão e comunicação entre os</li> </ul>	<p>Algumas sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Notebook</li> <li>- Datashow</li> <li>- Pincel</li> <li>- Quadro branco</li> <li>- Jornais</li> <li>- Revistas</li> <li>- Vários tipos de papéis</li> <li>- Tesoura</li> <li>- Cola</li> <li>- TV</li> <li>- Livros</li> </ul>	<p>Situações de aprendizagem que permitam identificar a função da linguagem predominante para compreender o propósito comunicativo do</p>



	<p>linguagem e suas especificidades nas diferentes normas de uso, nas relações entre oralidade e escrita:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Funções que se atribuem à linguagem conforme a intenção do enunciador (função referencial, apelativa, emotiva etc.);</li> <li>- Intenções do enunciador (pedir, sugerir, mandar, condenar, elogiar, ironizar etc.);</li> <li>• Os elementos da comunicação: emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente</li> <li>• As Funções da linguagem</li> </ul> <p>*Função Fática, referencial, emotiva, apelativa, poética e metalinguística.</p>	<p>homens.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistir a peças publicitárias televisivas, trechos de noticiários, trechos de capítulos de novela e/ ou entrevistas para:</li> </ul> <p>1º Fazer leitura, análise e discussão em sala, considerando a relação existente entre aquele que diz algo, em situações sociais reais;</p> <p>2º reconhecer o poder da linguagem e suas especificidades nas diferentes normas de uso em situações sociais reais;</p> <p>3º discutir/debatesobre os temas abordados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação e registro de leitura – produção de sentidos – do aluno frente à comparação entre linguagem verbal e as características de manifestações da linguagem nessas diversas situações.</li> <li>• Identificar o lugar social ocupado pelo enunciador e</li> </ul>	<p>paradidáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Livro didático</li> <li>-Cópias de textos</li> </ul>	<p>texto.</p> <p>Trabalhos grupais e individuais.</p> <p>Testes.</p> <p>Prova bimestral.</p> <p>Atividades de recuperação.</p> <p>Prova de recuperação.</p> <p>Provas finais</p>
--	--	--	---	--

		<p>interlocutores de um discurso;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar a função da linguagem predominante para compreender o propósito comunicativo do texto.</li></ul>		

**APÊNDICES****APÊNDICE I – ENQUETE DO QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES****MESTRADO EM ENSINO DE HUMANIDADES E LINGUAGENS DA UFAC****PESQUISA: A LEIS 10.639/2009 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NA ZONA URBANA DE CRUZEIRO DO SUL – ACRE****2020****ROTEIRO PRELIMINAR DE QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES(AS) (TEXTO DE CIRCULAÇÃO RESTRITA)****DADOS PESSOAIS:**

Nome completo:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Sexo:

Raça/cor:

 preto  pardo  branco  amarelo  indígena

Idade:

**DADOS DA ESCOLA:**

Nome da escola:

Nível de ensino que oferta:

Nível de ensino no qual o(a) entrevistado atua:

**ESCOLARIDADE:** ensino médio -  magistério – ano de conclusão graduação – Área----- ano de conclusão----- pós-graduação – Área----- ano de conclusão----- mestrado - Área----- ano de conclusão----- doutorado - Área----- ano de conclusão----- pós-doutorado - Área----- ano de conclusão -----

Tempo de atuação no magistério: -----

Tempo de atuação na coordenação pedagógica:-----

Tempo de atuação na coordenação pedagógica da escola pesquisada-----

a) Formação e diversidade étnico-racial

- 1) Como e quando você tomou conhecimento da Lei 10.639/03 e das suas diretrizes?
- 2) Você tem conhecimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003, lançado pelo MEC no dia 13 de maio de 2009? Se sim, qual é a sua opinião sobre o mesmo?
- 3) Você possui formação para o trabalho com a Lei e as diretrizes (graduação, atualização, extensão, especialização, mestrado, doutorado) na temática das relações étnico-raciais? Se sim, diga onde, quando e qual é a sua opinião.

Se não, explicita os seus motivos.

b) Atividades pedagógicas voltadas para a implementação da Lei 10.639/03 e para a educação para as relações étnico-raciais.

- 4) Que tipo de atividade tem sido realizada (teatro, dança, projetos de trabalho, palestras, feiras, festejos, trabalho com a comunidade, produção de textos, confecção de mapas, debates, entre outros)?
- 5) Estas atividades contemplam as áreas de Artes, Literatura e História anunciadas na Lei 10.639/03? Como? Dentre as três áreas qual tem sido mais enfatizada e por quê?
- 6) O calendário escolar incorpora datas do calendário afro-brasileiro (21 de março – Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação; 25 de maio – Dia da Libertação da África; 13 de maio – Dia Nacional de Luta contra o Racismo; 25 de julho – Dia da Mulher Negra Latino-Americana e do Caribe; 28 de setembro – Lei do Ventre Livre; 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra)? Como? Quais atividades são desenvolvidas?
- 7) Você tem conhecimento de casos de racismo e de desrespeito ao pertencimento étnico-racial de negros nessa escola quer seja da parte dos alunos, docentes, funcionários, coordenação pedagógica e gestão? Quais?  
Se sim, que providências foram tomadas? Houve consulta a algum setor da secretaria, movimento negro, conselho tutelar ou algum outro órgão? A situação foi resolvida?

A Lei 10.639/03, a formação e a gestão da escola

- 8) Você participa ou já participou dos Fóruns Regionais, Estaduais ou Municipais de implementação da Lei promovidos pela SECAD e pela secretaria à qual está vinculada?  
Se sim, avalie.  
Se não, diga o porquê.

## APÊNDICE II – ENQUETE DO QUESTIONÁRIO COM OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Erlisson de Souza Pinheiro da Escola Craveiro Costa e Jaqueline Batista Cruz da Escola Flodoardo Cabral

**MESTRADO EM ENSINO DE HUMANIDADES E LINGUAGENS DA UFAC**  
**PESQUISA: A LEIS 10.639/2009 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM DUAS ESCOLAS DE**  
**ENSINO MÉDIO NA ZONA URBANA DE CRUZEIRO DO SUL – ACRE**  
**2020**

### ROTEIRO PRELIMINAR DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM COORDENADORES(AS) PEDAGÓGICOS (TEXTO DE CIRCULAÇÃO RESTRITA)

#### DADOS PESSOAIS:

Nome completo:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Sexo:

Raça/cor:

( ) preto ( ) pardo ( ) branco ( ) amarelo ( ) indígena

Idade:

#### DADOS DA ESCOLA:

Nome da escola:

Nível de ensino que oferta:

Nível de ensino no qual o(a) entrevistado atua:

#### ESCOLARIDADE:

( ) ensino médio - ( ) magistério – ano de conclusão

( ) graduação – Área----- ano de conclusão-----

( ) pós-graduação – Área----- ano de conclusão-----

( ) mestrado - Área----- ano de conclusão-----

( ) doutorado - Área----- ano de conclusão-----

( ) pós-doutorado - Área----- ano de conclusão -----

Tempo de atuação no magistério: -----

Tempo de atuação na coordenação pedagógica:-----

Tempo de atuação na coordenação pedagógica da escola pesquisada-----
--

a) Sobre a atuação:

9) Como e quando você tomou conhecimento da Lei 10.639/03 e das suas diretrizes? Você, pessoalmente, já realizou trabalhos pedagógicos ligados a essa temática? Quando? Quais?

10) Você tem conhecimento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003, lançado pelo MEC no dia 13 de maio de 2009? Se sim, qual é a sua opinião sobre o mesmo?

11) Você possui formação para o trabalho com a temática das relações étnico-raciais (graduação, atualização, extensão, especialização, mestrado, doutorado, formação política no movimento negro)?

Se sim, diga onde, quando e qual é a sua opinião sobre a relação entre essa formação e a sua prática pedagógica.

Se não, como você avalia a ausência dessa formação.

b) Sobre a relação entre o trabalho da coordenação pedagógica e as relações étnico-raciais:

12) O calendário escolar incorpora datas do calendário afro-brasileiro (21 de março – Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação; 25 de maio – Dia da Libertação da África; 13 de maio – Dia Nacional de Luta contra o Racismo; 25 de julho – Dia da Mulher Negra Latino-Americana e do Caribe; 28 de setembro – Lei do Ventre Livre; 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra)? Como? Quais atividades são desenvolvidas?

13) Você avalia que o trabalho realizado com a Lei 10.639/03 nessa escola tem possibilitado mudanças nos comportamentos de alunos e professores diante das relações raciais? Exemplifique.

14) Quais são os principais avanços da coordenação pedagógica à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?

15) Quais são os principais limites da coordenação pedagógica à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?

### APÊNDICE III – ENQUETE DO QUESTIONÁRIO COM OS GESTORES

Lucilene dos Santos Oliveira da Escola Flodoardo Cabral e Flávio Rosas da Silva da Escola Craveiro Costa

#### MESTRADO EM ENSINO DE HUMANIDADES E LINGUAGENS DA UFAC

**PESQUISA: A LEIS 10.639/2009 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NA ZONA URBANA DE CRUZEIRO DO SUL – ACRE**

2020

#### ROTEIRO PRELIMINAR DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM DIRETORES(AS) (TEXTO DE CIRCULAÇÃO RESTRITA)

##### DADOS PESSOAIS:

Nome completo:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Sexo:

Raça/cor:

( ) preto ( ) pardo ( ) branco ( ) amarelo ( ) indígena

Idade:

##### DADOS DA ESCOLA:

Nome da escola:

Nível de ensino que oferta:

Nível de ensino no qual o(a) entrevistado atua:

##### ESCOLARIDADE:

( ) ensino médio - ( ) magistério – ano de conclusão

( ) graduação – Área----- ano de conclusão-----

( ) pós-graduação – Área----- ano de conclusão-----

( ) mestrado - Área----- ano de conclusão-----

( ) doutorado - Área----- ano de conclusão-----

( ) pós-doutorado - Área----- ano de conclusão -----

Tempo de atuação no magistério: -----

Tempo de atuação na coordenação pedagógica:-----

Tempo de atuação na coordenação pedagógica da escola pesquisada-----

- 16) A escola trabalha a cultura afrobrasileira e a africana conforme a lei 10.639/03?
- 17) Você tem conhecimento de casos de racismo e de desrespeito ao pertencimento étnico-racial de negros nessa escola quer seja da parte dos alunos, docentes, funcionários, coordenação pedagógica e gestão? Quais?  
Se sim, que providências foram tomadas? Houve consulta a algum setor da secretaria, movimento negro, conselho tutelar ou algum outro órgão? A situação foi resolvida?
- 18) Você tem conhecimento da existência de alguma coordenação ou núcleo da secretaria que trabalhe especificamente a questão racial?  
Se sim, avalie o trabalho realizado.  
  
Se não, dê a sua opinião sobre o assunto.
- 19) A secretaria à qual esta escola está vinculada tem conhecimento, promove, divulga e/ou participa de Fóruns, Encontros Regionais, Estaduais ou municipais que discutam a implementação da Lei 10.639/03?
- 20) Quais são os principais avanços da gestão da escola à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?
- 21) Quais são os principais limites da gestão da escola à frente do processo de implementação da Lei 10.639/03?
- 22) Como o MEC acompanha a inserção do conteúdo da Lei nº 10.639 no currículo desta escola?



**APÊNDICE IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_, RG Nº \_\_\_\_\_, CPF Nº \_\_\_\_\_, declaro que li esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e compreendi a natureza e objeto da pesquisa intitulada: **A LEI 10.639/03 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL - AC**, da mestrandia: **Flávia Roberta Nocchi**, da qual participarei de livre e espontânea vontade. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem ter que justificar minha decisão e nem sofre quaisquer tipos de coação ou punição. Tendo conhecimento de que não terei nenhum custo e nem serei remunerado por minha participação e não serei identificado(a) nas publicações do resultado da pesquisa.

Eu concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Assino abaixo deste TCLE, como prova do meu Consentimento Livre e Esclarecimento em participar da referida pesquisa.

Cruzeiro do Sul - AC, 20 de dezembro de 2020.

---

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

---

Assinatura da Pesquisadora